



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

FERNANDO DE SOUSA E SÁ

**DEFINIÇÃO DE ATIVOS SEGUNDO A TEORIA CONTÁBIL:
UM ESTUDO SOBRE A CONCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS IFES PÚBLICAS DO
ESTADO DA PARAÍBA**

**SOUSA - PB
2011**

FERNANDO DE SOUSA E SÁ

**DEFINIÇÃO DE ATIVOS SEGUNDO A TEORIA CONTÁBIL:
UM ESTUDO SOBRE A CONCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS IFES PÚBLICAS DO
ESTADO DA PARAÍBA**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis do CCJS da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.**

**Orientadora: Professora Esp. Gianinni Martins Pereira Cirne.
Coorientadora: Professora Ma. Janaina Ferreira Marques de Melo.**

**SOUSA - PB
2011**

FERNANDO DE SOUSA E SÁ

**DEFINIÇÃO DE ATIVOS SEGUNDO A TEORIA CONTÁBIL: UM ESTUDO SOBRE
A CONCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DAS IFES PÚBLICAS DO ESTADO DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Esp. Gianinni Martins Pereira Cirne (Orientadora)

Prof.^a MSc. Janaina Ferreira Marques de Melo (Co-orientadora)

Membro examinador 1

Membro examinador 2

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e inspiração, força de vontade e persistência diante de todas as dificuldades. Sou grato pela suficiência da sua graça, por todos os seus inesgotáveis atributos, pelo qual sou devedor de louvor e adoração. Agradeço por tudo e por todos os momentos vividos durante a minha vida acadêmica principalmente pelos mais simples gestos de fraternidade e compreensão, pelos momentos tristes e turbulentos e pelas vitórias que conquistei. Enfim, por ter permitido o convívio durante esses quatro anos e meio em que aprendi a valorizar o próximo, a respeitar as opiniões e ser crítico, mas principalmente sábio na hora de ouvir.

À minha família, pela forma como cada um me ensinou a vivê-la, com dignidade e respeito. Pelo amor incondicional, que ilumina e iluminará toda a minha vida o meu **MUITO OBRIGADO!** O meu agradecimento em especial a minha querida mãe, Marina Dias de Sousa, a quem dedico e atribuo toda inspiração para realização desse trabalho, pelo exemplo de vida, pela simplicidade, pureza e alegria. A você minha mãe querida não bastava apenas um muitíssimo obrigado, mas o que acontece em nossas vidas no momento ímpar da realização deste sonho, e é parafraseando o rei Roberto Carlos, que posso dizer: "Eu tenho tanto pra te falar, mas com palavras não sei dizer como é grande o meu amor por você".

Em nome das professoras Gianinni Martins, Thaiseany de Freitas, Josicarla Santiago e Janaina Ferreira agradeço aos demais mestres que quando deviam ser apenas professores, foram amigos e companheiros de jornada, transmitindo conhecimentos e experiências, me compreendendo e ao mesmo tempo incentivando-me a seguir o meu caminho. A vocês, Thais e Gianinni o meu simples e **ETERNO OBRIGADO!** Não só pelo apoio metodológico que refletiu diretamente na concretização desse trabalho, mas por toda dedicação, disponibilidade e paciência em conduzir o processo de orientação e alcance de um sonho.

O meu devido agradecimento as "federais": Remédios, Eliane e Patrícia pela singela demonstração de amizade, carinho e dedicação no servir. Pelos inúmeros pedidos atendidos, pela alegria, pelos sorrisos. Por todos os momentos de aflição convertidos em uma grande festa. Às federais queridas o meu **DEVIDO OBRIGADO!**

Aos meus colegas e amigos o meu **SAUDOSO OBRIGADO!** Parece que foi ontem. Tudo começava e na época pensávamos que de tudo sabíamos. Podemos até lembrar, e que doce ilusão! Afinal o nosso "tudo" só estava começando, e em cada dia, cada contato, cada aula passamos a descobrir que nossa aprendizagem estava além de conteúdos programáticos e logo, fomos envolvidos por laços de amizade, diferenças, dúvidas e

pensamentos. Verdadeiros laços de amizade que se superaram e quando nos demos conta, nos transformamos em uma fortaleza, uma família. Em nome dos "ninjas": Jarliane, Valdênio, Renata, Mirelle e Gabriela, agradeço a todos os demais colegas por todos os momentos vividos, pelas alegrias e tristezas, pelas certezas e incertezas, pelos erros e acertos, pelas vitórias e derrotas, pelos contratempos da vida e a prontidão de sua acolhida. Terminamos mais uma jornada de nossas vidas na certeza de que continuaremos sempre unidos, afinal família não se separa, ela cresce para que em novos encontros possamos contar as vitórias.

Agradeço ainda aqueles amigos, os quais mesmo não participando da minha vida acadêmica diretamente como colegas de sala de aula, mas que muito me ensinaram e contribuíram nessa jornada, demonstrando carinho e apoio constante indispensável à realização desse sonho. Em nome de: Mirele Veríssimo, Edneusa, Juliana Paes, Alison Daives, José Antônio, José Carlos de Medeiros Silva (*in memoriam*) e Jamile Beliza a vocês o meu **FELIZ OBRIGADO!**

Enfim, a todas as pessoas que de alguma forma, contribuíram durante a minha caminhada no curso.

RESUMO

A forma como se entende a teoria contábil tem sido influenciada pelas mudanças ocorridas nas práticas contábeis, como ocorre com a convergência internacional das normas, por meio do fortalecimento do *International Accounting Standards Board* (IASB) e da criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que permitiu a ampliação e desenvolvimento dos mercados de capitais, bem como o aumento no volume de pesquisas acadêmicas. Esta pesquisa teve como objetivo investigar o que os discentes concluintes do curso de ciências contábeis 2011.2 nas IFES públicas do estado da Paraíba compreendem sobre a definição de ativos, advindos da teoria contábil. Para alcance da mesma, utilizou-se do instrumento questionário, baseado também no artigo de Goulart (2002), por meio de uma análise descritiva não probabilística com tabulação dos dados mediante tabelas no *Microsoft Excel*. Apesar de alguns itens apresentarem resultados satisfatórios, no geral a pesquisa conclui que os estudantes possuem apenas conhecimento superficial sobre as características elementares dos ativos e demonstrando uma concepção indiferente com relação a capacidade de benefícios futuros e ser passível de controle a partir de uma entidade, ou seja, não contemplam nem identificam as essencialidades do elemento em estudo. Nesse sentido, os resultados obtidos respaldam a deficiência na real compreensão das características relevantes dos ativos por parte dos concluintes das IFES públicas paraibanas.

Palavras-chaves: Perfil Acadêmico, CPC, Conhecimento.

ABSTRACT

The way to understand the accounting theory has been influenced by changes in accounting practices, as with the International Convergence of Standards, through the strengthening of the International Accounting Standards Board (IASB) and the creation of the Accounting Pronouncements Committee (APC), which allowed the expansion and development of capital markets, as well as the increasing of the academic researches. This research aimed to investigate what the graduating degree graduates in Public Federal Universities (PFU) of Paraiba State in 2011.2 know about the assets definition, throw the Accounting Theory. To reach this aim, we used the survey as an instrument to research, based also on Goulart (2002)'s Article, through a descriptive analysis of non-probabilistic with tables in Microsoft Excel. Although, some items showed satisfactory results, in general the research found that students have only superficial knowledge about the Asset Concepts and indifferent conclusion about the ability of future benefits, which be subject to control from an entity, or that is, they do not identify the essences of the element under study. In this sense, the results support that there is a real deficiency in the understanding of the characteristics of the relevant Assets by degree graduates in Public Federal Universities (PFU) of Paraiba State.

Key-words: Academic Profile, CPC, Knowledge.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – IFES que oferecem o curso de ciências contábeis no estado da Paraíba	18
Quadro 2 – Elementos patrimoniais e suas definições	23
Quadro 3 – Características gerais do ativo	27
Quadro 4 – Métodos de mensuração de ativos	33
Quadro 5 – Características relevantes na formulação de informações e evidenciação contábil	34
Quadro 6 – Modelos ou padrões de evidenciação	35
Quadro 7 – Classificação dos ativos intangíveis	39

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Definição de ativos na contabilidade.....	27
Figura 2 – Contabilidade X Era da informação.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos entrevistados quanto ao gênero.....	41
Tabela 2 – Perfil dos entrevistados quanto à faixa etária	42
Tabela 3 - Perfil dos entrevistados quanto à situação funcional	43
Tabela 4 – Perfil Acadêmico dos entrevistados quanto a distribuição por IFES.....	44
Tabela 5 – Perfil Acadêmico dos entrevistados quanto ao ano de ingresso no curso de ciências contábeis	44
Tabela 6 – Perfil Acadêmico dos entrevistados quanto à motivação para a escolha do curso de ciências contábeis.....	45
Tabela 7 – Conhecimentos gerais sobre ativos	46
Tabela 8 – Conhecimentos gerais sobre reconhecimento de ativos	48
Tabela 9 – Conhecimentos sobre o processo de mensuração de ativos	49
Tabela 10 – Conhecimentos sobre o processo de evidenciação de ativos	50
Tabela 11 – Conhecimentos sobre itens que representam Ativos Correntes e Ativos Não Correntes.....	51
Tabela 12 - Conhecimentos sobre itens que representam Ativos Tangíveis e Ativos Não Tangíveis.....	52

SUMÁRIO

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	12
1.1 Delimitação do tema e problemática	13
1.2 Objetivos.....	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	15
1.3 Justificativa	15
1.4 Procedimentos metodológicos	16
1.4.1 Classificação da pesquisa.....	16
1.4.2 Procedimentos e instrumento de coleta de dados.....	17
1.4.3 Universo e Amostra da pesquisa	18
1.4.4 Apresentação, tratamento e interpretação dos dados.....	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 História da Contabilidade	20
2.2 Estudo sobre os elementos patrimoniais.....	22
2.3 Ativos.....	23
2.3.1 Características gerais	26
2.3.2 Reconhecimento e Mensuração de Ativos	28
2.3.3 Evidenciação de Ativos (DISCLOSURE).....	34
2.3.4 Ativos tangíveis e intangíveis	37
2.3.5 Ativos correntes (circulantes) e não correntes (não circulantes).....	39
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	41
3.1 Perfil dos entrevistados.....	41
3.2 Perfil acadêmico	43
3.3 Conhecimentos sobre ativos.....	46
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	53
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE.....	58
APÊNDICE A – Instrumento de coleta.....	59

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

A forma como se entende a teoria contábil tem sido influenciada pelas mudanças nas práticas contábeis, como se observa com a convergência internacional das normas, o fortalecimento do *International Accounting Standards Board* (IASB) e a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), permitiu a ampliação e desenvolvimento dos mercados de capitais nacionais e internacionais, e o aumento no volume de trabalhos acadêmicos, envolvendo questões sobre aderência a normas internacionais de contabilidade (GOULART, 2002).

Hendriksen e Van Breda (2009, p. 38) comentam que: "A contabilidade desenvolveu-se em resposta a mudanças no ambiente, novas descobertas e progressos tecnológicos. Não há motivos para crer que a contabilidade não continue a evoluir em resposta a mudanças que estamos observando em nosso tempo".

Nesse contexto, a ciência contábil pode ser compreendida como um elemento de estreita ligação com a sociedade, ou melhor, como um agente ativo e passivo de mudanças a partir da influência dinâmica histórica, em virtude dos avanços e novas descobertas em consequência do conhecimento gerado, através do aprofundado envolvimento das relações humanas e modelos econômicos. Em resumo, a contabilidade é capaz de influenciar ou respaldar a necessidade de mudanças, mas também na mesma proporção se sujeita direta ou indiretamente ao que é novo.

Partindo do pressuposto que o objetivo fundamental da contabilidade consiste em gerar informações relevantes e tempestivas aos seus mais diversos usuários, para que essas sirvam de base para a tomada de decisões, justifica-se o envolvimento do profissional contábil no contexto dos negócios, e que esse carece maior preparação por parte desses. Assim, os conhecimentos devem se projetar numa dimensão além de processos de registros contábeis, preparação de relatórios ou demonstrativos puramente técnicos. Nesse sentido, exige-se um domínio adequado dos conceitos básicos da teoria contábil de modo que a sua aplicação dê suporte ao processo decisório e viabilize a solução de problemas reais de maneira consciente, e não simplesmente automática (IUDÍCIBUS, 2009).

Em resumo, torna-se imprescindível o domínio e conhecimento do real valor econômico dos elementos contábeis, bem como seus conceitos básicos. O conhecimento sobre o ativo, com as atuais mudanças na sua amplitude, tornou-se um estudo fundamental.

Assim, o ativo pode ser entendido como um recurso que possui essencialmente valor econômico, compreendido como um potencial de serviços ou utilidade, capaz de transformar-se ou contribuir com os fluxos de caixa. No entanto, o ativo ainda é capaz de fornecer informações privilegiadas sobre a estrutura da empresa relacionada a capacidade de solvência (situação financeira), permitindo com isso conhecer a estrutura patrimonial (situação patrimonial) e descobrir a potencialidade da entidade em gerar bons resultados (situação econômica), bem como servir de base para diversos demonstrativos contábeis (ALCANTARA, 2007).

Desta forma, a presente pesquisa tem como foco, o estudo sobre o elemento patrimonial Ativo, estando o mesmo aplicado, junto aos recursos necessários para satisfazer o desenvolvimento das atividades da entidade e a garantia da sua continuidade.

1.1 Delimitação do tema e problemática

Segundo Goulart (2002), a complexidade nas aplicações contábeis não é mais suficiente para responder as questões sobre a prática contábil, com explicações simplórias do tipo "esse é o jeito que sempre foi feito" ou "é assim que tem que ser". Em virtude das mudanças na Contabilidade no Brasil, após a harmonização das normas internacionais, tais conceitos modificaram a estrutura patrimonial, bem como o uso da informação contábil. Neste estudo, aborda-se uma reflexão sobre o entendimento e aplicação do conceito do Ativo.

Na visão de Ribeiro Filho *et. al.* (2009), a avaliação adequada dos ativos de uma entidade representa um aspecto importante, já que a sua definição e avaliação encontra-se relacionada ao processo de tomada de decisões, e a multiplicidade de relacionamentos contábeis que envolvem receitas, despesas, entre outros etc.

No entanto, os ativos nem sempre são devidamente compreendidos pelos estudantes dos cursos de Ciências Contábeis, haja vista que muitos cursos de contabilidade no Brasil apresentam definições genéricas, elementares e superficiais, como afirma Goulart (2002):

Em muitos cursos de contabilidade, em nível técnico, de graduação e, provavelmente, também em alguns de pós-graduação, o conceito de ativos é apresentado como "o conjunto de bens e direitos de uma entidade" ou como "as aplicações de recursos" de uma empresa. Esse tipo de conceituação é ensinada, sem ensejar discussões, como a definição adequada para o termo ativo. A consequência é que alunos e profissionais em formação, com naturalidade, acabam aceitando o conceito apresentado como satisfatório e inquestionável.

A partir das afirmações de Goulart (2002) acerca do ensino superficial da teoria contábil, percebe-se que a disciplina ensinada acaba se tornando mais uma a ser cumprida no curso, a qual não promove a discussão ou aprofundamento acerca do tema capaz de gerar conhecimento ou mesmo traduzir de maneira coerente o que já existente.

Um exemplo sobre as mudanças no conceito do ativo refere-se a depreciação. No CPC 01, inclui a redução do valor recuperável dos ativos. Conceitos como teste de *impairment* foram aplicados, que no passado não se usava antes da harmonização das normas internacionais.

Em consequência desse fator, a problemática desta pesquisa consiste em verificar estas afirmações, tomando-se como base os alunos concluintes das Instituições de Ensino Superior do Estado da Paraíba, averiguando desta forma se os mesmos têm conhecimento dessa definição de maneira satisfatória a real compreensão do termo.

Ante ao exposto, o presente estudo procura responder a seguinte questão-problema: Os concluintes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, das IFES públicas do estado da Paraíba, compreendem a definição de ativos advinda da Teoria Contábil?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar o que os concluintes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, das IFES públicas do Estado da Paraíba, compreendem sobre a definição de ativos advindos da Teoria Contábil.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar as definições de ativos, conforme preceitua a Teoria Contábil;
- Explanar o reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos;
- Identificar o perfil dos estudantes de graduação em Ciências Contábeis, das IFES públicas do Estado da Paraíba;
- Averiguar o que os estudantes compreendem sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos;
- Evidenciar a percepção dos estudantes em relação a ativos tangíveis e intangíveis, circulante e não-circulante.

1.3 Justificativa

Dentre os mais diversos elementos patrimoniais da contabilidade, destaca-se o estudo do ativo, tendo em vista que esse se configura como um instrumento capaz de representar as transações ou relações econômicas de uma entidade no exercício da sua atividade, e ainda a sua posição patrimonial e financeira.

Conforme trata Ribeiro Filho *et. al.* (2009, p. 85):

O tema ativo representa o núcleo da teoria contábil. A compreensão profunda da natureza de um ativo é fundamental para o entendimento dos demais conceitos que costumam ser discutidos nos livro-texto da teoria da contabilidade. De fato, o estudo teórico dos outros elementos que compõem as demonstrações contábeis, como grupos específicos de ativos, passivos patrimônio líquido, despesas, receita, lucro, *goodwill* etc. é bastante facilitado quando o leitor compreende o sentido essencial do que seja um ativo.

Uma vez que o tema ativo na visão de Ribeiro Filho *et. al.* (2009) é considerado o núcleo fundamental da teoria contábil, cabe ressaltar que a contabilidade estuda os aspectos sociais e econômicos, onde o estudo do ativo não se projeta em uma dimensão exterior à contabilidade ou à realidade humana, cabendo o usuário as informações contábeis para se inserir nesse ambiente, interpretando as relações existentes entre o mesmo e os demais elementos patrimoniais.

Deste modo, pode-se concluir que o estudo da Teoria Contábil torna-se importante não apenas para pesquisadores e acadêmicos, mas também para aqueles cuja atuação profissional encontra-se relacionada à Contabilidade. O motivo da importância deste estudo relaciona-se com a sustentação das práticas contábeis encontradas na Teoria da Contabilidade. Com base nas mudanças recentes no conceito do ativo, bem como as afirmações dos autores sobre o ensino nos cursos de contabilidade, em tese, sobre o conceito do ativo, esta pesquisa é relevante e atual.

1.4 Procedimentos metodológicos

1.4.1 Classificação da pesquisa

O presente estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica, com a finalidade de conceituar ativos em sua essencialidade e em conformidade com os parâmetros teóricos da contabilidade, estando o presente estudo considerado como uma pesquisa de campo e descritiva.

Com base nos procedimentos de coleta, o presente estudo configura-se como uma pesquisa de campo, uma vez que presume o envolvimento do pesquisador diretamente com o objeto em estudo, no próprio ambiente das ocorrências dos fatos de modo que possibilite a extração e documentação de informações a partir de uma população, para confirmar ou negar determinadas hipóteses de pesquisa (GONÇALVES, 2003).

Ainda sobre pesquisa de campo, RUIZ (1996, p. 50):

A pesquisa de campo é uma forma de coleta que permite a obtenção de dados sob um fenômeno de interesse, de maneira como este ocorre na realidade estudada. Consiste, portanto na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes, diretamente da realidade, para ulteriores análises.

Com base nestas afirmações esta pesquisa é de campo pelo fato dessa se utilizar de um instrumento de coleta (questionário de pesquisa) para conhecer a realidade do elemento estudado, nesse caso nas IFES do estado da Paraíba.

Considerando como critério o objetivo a ser alcançado, essa se trata de uma pesquisa descritiva já que pressupõe enumerar peculiaridades de determinada população ou fenômeno, ou ainda descobrir predominância de relações entre variáveis (GIL, 2007).

Nesse sentido, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, pela razão dessa buscar identificar e descrever o perfil e grau de conhecimento dos concluintes do curso de ciências contábeis das IFES paraibanas.

1.4.2 Procedimentos e instrumento de coleta de dados

Com base no conhecimento gerado a partir da revisão e exploração bibliográfica que respalda referencial teórico desse trabalho, e buscando responder a questão-problema, procedeu-se com a elaboração do instrumento de coleta (Apêndice A), que se encontra subdividido em três grandes grupos:

- a) **Perfil dos entrevistados:** Tem como objetivo identificar o perfil dos respondentes, com base no gênero, faixa etária, situação funcional.
- b) **Perfil Acadêmico:** Esse grupo tem como objetivo identificar a instituição de ensino superior a qual o concluinte está matriculado, o ano de ingresso e motivação para a escolha do curso de ciências contábeis.
- c) **Conhecimentos sobre ativos:** Verificar o que os concluintes realmente entendem sobre: o processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos; e averiguar o que esses compreendem sobre ativos (tangíveis, intangíveis, circulante, não circulante).

Cabe ressaltar que esse trabalho foi baseado no estudo desenvolvido por Goulart (2002), cujo propósito consiste em desenvolver uma reflexão a cerca do elemento ativo e identificar os possíveis entraves e deficiências que possam existir sob a compreensão dos profissionais e usuários dos serviços oferecidos pela contabilidade, no entanto, o foco da pesquisa foi alterado para os discentes concluintes do curso de ciências contábeis das IFES do estado da Paraíba em 2011.2.

A coleta de dados deu-se a partir da aplicação de um questionário de pesquisa, junto aos discentes concluintes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) situadas no Estado da Paraíba, tendo como universo de pesquisa os discentes concluintes de 2011.2.

1.4.3 Universo e Amostra da pesquisa

O universo de estudo da presente pesquisa engloba os estudantes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, mais precisamente os concluintes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) públicas do estado da Paraíba no segundo semestre de 2011, acerca do conhecimento das definições de ativos segundo a teoria contábil. O universo dessa pesquisa compreende as seguintes IFES: UFCG e UFPB.

Cabe ressaltar ainda que esse estudo tem exclusiva e unicamente finalidade científica, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – IFES que oferecem o curso de graduação em ciências contábeis no estado da Paraíba.

DISTRIBUIÇÃO DOA ALUNOS POR IFES	DISTRIBUIÇÃO POR CAMPUS (CIDADE)	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS	FREQUÊNCIA DA AMOSTRA
UFCG	Sousa	55	36
UFPB	João Pessoa	58	33
	Campus IV - Rio Tinto e Mamanguape	25	13
TOTAL		138	82

Fonte: Informações extraídas do site do INEP.¹

Conforme informações extraídas junto aos Coordenadores dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das IFES da Paraíba, estão regularmente matriculados no período letivo 2011.2, 138 discentes, dos quais 82 estavam presentes na sala de aula no dia da aplicação dos questionários e responderam a o instrumento de pesquisa.

A amostra (alunos que responderam ao questionário) representa 59,42% do universo (alunos matriculados no último período/ano letivo 2011.2). Assim sendo trata-se de uma amostra não probabilística (classificada como acidental ou acessibilidade).

¹ <http://portal.inep.gov.br/>

1.4.4 Apresentação, tratamento e interpretação dos dados

Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica por meio de livros, artigo e publicações em revistas do elemento patrimonial proposto (o ativo), em seguida deu-se início ao procedimento de tabulação e análise descritiva não probabilística dos dados coletados, quanto à caracterização de cada item da amostra, por instituição.

Com a finalidade de proporcionar uma melhor compreensão e estudo, de modo a atingir os objetivos da pesquisa, as informações foram tabuladas mediante utilização do Microsoft Officer Excel 2007, uma versão do Microsoft Excel, por meio de tabelas e gráficos, explanando os resultados obtidos por meio de percentuais (frequência total e relativa %).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 História da Contabilidade

Precisar com relevante grau de certeza o surgimento da contabilidade, ainda é uma incógnita desconhecida para os historiadores e grandes estudiosos da contabilidade, uma vez que a contabilidade está diretamente relacionada com a noção de conta, mensuração e controle ainda que de forma intuitiva como observado na época do homem primitivo, ao relacionar os seus instrumentos de caça e pesca, contar o seu rebanho já estava esse exercendo atividades de contagem, inventário e controle de bens mesmo que de maneira rudimentar (IUDÍCIBUS, 2009).

Hendriksen e Van Breda (2009, p. 38) comentam que:

A contabilidade floresceu em solo fertilizado por séculos de aprendizagem e comércio com o Oriente, invenções tais como a vela latina, a imprensa e um novo sistema de números. Em grande parte, esses avanços foram levados à Europa da China e da Índia por estudiosos árabes.

Os primeiros registros de utilização de práticas puramente contábeis foram encontrados nas primitivas civilizações babilônicas e sumérias, atual região do Iraque, no Egito e na China à cerca de 3.000 a. c. Por sua vez, mais adiante na época da troca pura e simples de mercadorias, em virtude das primitivas transações de transferência de direitos de posse, surgiu à necessidade de quantificar, mensurar e/ou relacionar bens, direitos e obrigações para com terceiros em virtude das primitivas transações de transferência de direitos de posse através singelos modelos de inventários mesmo que sem nenhuma noção monetária (IUDÍCIBUS, 2009).

Como sintetiza Ribeiro Filho *et. al.* (2009, p. 22):

Processos rudimentares de controle de bens, tal qual se verifica nos objetos encontrados nas escavações realizadas nas regiões do oriente, não significa que possamos qualificá-los como sistemas contábeis, no sentido estrito do conceito de sistema, como algo organizado que obedece a um processo controlado, principalmente no que se refere à contabilidade. As espécies de controles encontrados naquelas regiões da antiguidade, pelo nível de evolução de sua agricultura e de trocas (comércio) existentes,

demonstram mais serem simples formas de inventariar mercadorias, identificar o seu proprietário e definir o seu valor de troca.

Evoluindo junto com os povos, o surgimento e a utilização da moeda como instrumento de troca, percebe-se que essa proporcionou um considerável nível de desenvolvimento das transações financeiras, ao mesmo tempo em que passaram a figurar uma dimensão de crescente diversificação e complexidade, dando origem a necessidade de aprimoramento de instrumentos de avaliação e controle da situação patrimonial do homem da época, de forma a garantir a perpetuação de suas riquezas e propriedades.

Para Ludícibus (2009, p. 16):

É no início do século XVII, em pleno clima de efervescência das atividades mercantis, econômicas e sócio-culturais nas cidades italianas de Veneza, Gênova entre que a contabilidade atinge a plenitude de seu desenvolvimento como ciência e instrumento de sustentação das práticas pelos mais diversos agentes financeiros.

Sendo assim, verifica-se a relação do desenvolvimento da prática contábil no contexto dos negócios a partir da evolução e diversificação das transações entre os agentes de mercados, e a necessidade gerada por profissionais capacitados e preparados, capazes de compreender e propor soluções eficazes para problemas reais.

Como sintetizam Hendriksen e Van Breda (2009, p. 50):

A contabilidade moderna nasceu na Itália. Esse fato foi atribuído a uma série de avanços matemáticos, levados da Índia à Europa pelos Árabes, a uma variedade de progressos tecnológicos ocorridos em grande parte da China e ao dismantelamento do sistema feudal na Europa por forças de guerras e doenças.

Fazendo um comparativo entre os fatos ocorridos, observa-se que os fatores que levaram a criação e desenvolvimento da contabilidade se assemelham com os que conduziram a renovação das relações socioeconômicas à medida que essas influenciaram o declínio ou ascensão de novos sistemas ou modelos de organização sociopolítico, como por exemplo, a estagnação do sistema feudal e surgimento do capitalismo (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 2009).

Paralelamente a época do Renascimento, o Fei Luca Pacioli redige e publica um trabalho intitulado *Summa de Arithmetica, Geometrica, Proprioni et Proportionalita*, puramente

matemático cujo objetivo consistia em tratar sobre aritmética, geometria e álgebra com um dos seus capítulos dedicado exclusivamente a contabilidade composto por um importante método contábil chamado "partidas dobradas" difundido e utilizado até os dias de hoje (RIBEIRO *et. al.*, 2009).

Analisando a evolução histórica da contabilidade como sistema organizado de escrituração como é conhecida e praticada na atualidade, entende-se que essa se desenvolveu mediante a observância das necessidades e influência de diversos fatores históricos, econômicos e sociais, de natureza e qualidades comuns à participação de vários povos e civilizações, ainda que a Itália seja a responsável pelo descerrar de sua fase adulta, todos os outros ascendentes são peças importantes para elucidar os acontecimentos na contabilidade e garantir a sua evolução (IUDÍCIBUS, 2009).

Hendriksen e Van Breda (2009, p.38) comentam que: "A contabilidade desenvolveu-se em resposta a mudanças no ambiente, novas descobertas e progressos tecnológicos. Não há motivos para crer que a contabilidade não continue a evoluir em resposta a mudanças que estamos observando em nosso tempo."

A contabilidade pode ser entendida como um produto ("um grande quebra cabeça"), em que cada peça representa a contribuição ou colaboração peculiar e unitária de cada civilização, aprimorada ao longo do tempo, cuja soma dá corpo e forma ao sistema contábil capaz de auxílio aos investidores e administradores na tomada da melhor decisão, bem como ao controle (gestão dos recursos de forma eficiente e eficaz) e perpetuação da riqueza patrimonial (os frutos das melhores escolhas, são sempre os melhores resultados).

2.2 Estudo sobre os elementos patrimoniais

Os elementos patrimoniais correspondem a um conjunto de valores pertencentes a uma entidade, representados monetariamente e oriundos de transações ou relações econômicas no exercício da sua atividade, sendo o mesmo capaz de representar a sua posição financeira.

Nesse sentido, conforme trata ERNEST YOUNG & Fipecafi (2010) os elementos patrimoniais podem ser classificados em contas de: ativo, passivo e patrimônio líquido

conforme trata o Quadro 2.

Quadro 2 – Elementos patrimoniais e suas definições.

ELEMENTO PATRIMONIAL	DEFINIÇÃO
Ativo (aplicação de recursos)	Correspondem as aplicações de recursos em “bens, direitos e valores a receber” mantido sob o controle de uma entidade, capaz de gerar benefícios futuros, oriundos de transações passadas.
Passivo (origem de recursos)	Correspondem a fonte dos recursos aplicados no ativo representados pelas obrigações contraídas pela empresa para com terceiros, oriundas de transações passadas das quais se exigirão ativos para a sua liquidação.
Patrimônio líquido (situação líquida)	Compreende a riqueza real de uma entidade, composto pelo valor que os sócios ou empresários têm aplicado no negócio mais os resultados gerados pelo desenvolvimento das atividades. Vale salientar que o seu valor é representado pela diferença positiva entre os elementos do Ativo e os elementos do Passivo.

Fonte: Adaptado de ERNEST & YOUNG, Fipecafi (2010).

Ante ao exposto, conclui-se que os elementos patrimoniais são capazes de fornecer informações precisas sobre a posição dos componentes patrimoniais, ou seja, representam de forma quantitativa e qualitativa, a posição financeira (capacidade de liquidez, grau de endividamento, potencialidade de gerar resultados positivos etc.) e patrimonial (estrutura patrimonial) da empresa, a qual é composta por bens, direito e obrigações em um determinado momento.

2.3 Ativos

Os ativos representam as aplicações de recursos, que indicam bens e direitos, mantidos e controlados por uma entidade, com a finalidade de promover o alcance dos objetivos traçados, ao mesmo tempo em que possibilitam a geração de fluxos de caixa positivo e continuidade das suas atividades.

Ribeiro Filho *et. al.* (2009, p. 88) esclarece que os ativos:

[...] podem ser definidos como “prováveis benefícios econômicos futuros, obtidos ou controlados por uma pessoa ou empresa, que resultem de transações ou eventos passados”. Os prováveis benefícios econômicos futuros requerem a potencialidade de o ativo, isoladamente ou em conjunto com outros ativos, contribuir, direta ou indiretamente, para os fluxos de caixa líquidos de caixa futuros da entidade.

Nesse sentido, o ativo compreende a aplicação de recursos de uma determinada empresa, que se encontra sob o seu comando, com a finalidade de se alcançar ou auxiliar a obtenção dos benefícios esperados.

A ONU (1989, *apud* MIRANDA e HAJI, 2003, p. 1), compreende que os "ativos são recursos controlados pela entidade, como resultado de eventos passados e dos quais se espera benefícios econômicos futuros", enfatizando de forma particularizada, a característica de controle e desprezando a possibilidade de propriedade desses.

Para Lopes e Martins (2005) o tratamento do ativo segue essencialmente a mesma linha de pensamento já exposto, ou seja, são originários de transações passadas, controlados por uma entidade e possuem a capacidade de gerar benefícios futuros, porém a tempestividade na mensuração de ativos, quando determinadas transações realizadas representam ganhos futuros (determinada empresa fecha um grande negócio ou acordo para exportação de um grande volume de mercadorias), ou seja, sugerem que do mesmo modo como a contabilidade reconhece as más notícias imediatamente assim também seja para com aquelas que representem ganhos e valorização patrimonial da entidade mesmo ainda não realizadas.

Embora as abordagens mostrem-se simples, essas costumam ser amplas e complexas à medida em que pretendem delimitar a dimensão e capacidade de interferência ou inter-relacionamento do ativo com os mais diversos elementos na contabilidade (receitas, custos, despesas, passivo, patrimônio líquido), apesar se semelhantes elas também apresentam aspectos singulares com o objetivo de estimular discussões (LOPES e MARTINS, 2005).

De acordo com Iudícibus (2009, p. 123):

É crítico entendimento da verdadeira natureza do ativo, em suas características gerais, a fim de que possamos entender bem a subclassificações que aparecem em vários tipos de padronização, em vários países. Entre nós, por exemplo, tem-se entendido o grupo pendente até há pouco vigente (antes do advento atual da Lei das Sociedades por Ações) de forma muitas vezes desfigurada, devido ao mau entendimento da natureza geral do ativo.

Ante ao exposto, observa-se que o estudo do ativo é um dos fatores primordiais para a compreensão de muitos outros elementos contábeis já que esse é considerado o núcleo

fundamental da teoria contábil, uma vez que o passivo e o patrimônio líquido são definidos em termos do conceito de ativos, logo a sua definição encontra-se relacionada à idéia de multiplicidade de relacionamentos.

Assim sintetiza Ribeiro Filho *et. al.* (2009, p. 85):

O tema ativo representa o núcleo da teoria contábil. A compreensão profunda da natureza de um ativo é fundamental para o entendimento dos demais conceitos que costumam ser discutidos nos livros-texto da teoria da contabilidade. De fato, o estudo teórico dos outros elementos que compõem as demonstrações contábeis, como grupos específicos de ativos, passivos, patrimônio líquido, despesas, receita, lucro, goodwill etc., é bastante facilitado quando o leitor compreende o sentido essencial do que seja um ativo.

O estudo do ativo ainda que pareça algo complicado ou de difícil compreensão, está intimamente relacionado a fatos e acontecimentos pertinentes às atividades diárias dos usuários da informação contábil e que precisam compreender e utilizar a contabilidade em seus afazeres, logo o estudo do ativo não se projeta em uma dimensão exterior ou distinta da nossa realidade (NIYAMA, 2009).

Considerando os vários conceitos, enfoques e pontos de vista, observa-se semelhança quanto às características gerais de: origem (eventos passados), utilização (são mantidos e controlados por uma unidade gestora) e capacidade geradora de fluxos de caixa positivo. No entanto, a abordagem para Ribeiro Filho *et. al.* (2009) torna-se ainda mais ampla do que a da ONU no que se refere à característica de controle ou posse, já que a mesma enfatiza apenas a característica de controle do ativo. Já Lopes e Martins (2005) definem os ativos sob uma mesma linha de raciocínio, apesar de introduzirem a discussão a cerca da ampliação da mensuração dos ativos, ou seja, a contabilidade deve registrar um ativo quando esse representar ainda que expectativas de benefícios futuros.

Observa-se que, com o passar dos anos, a definição do Ativo foi se aperfeiçoando, com a inclusão de detalhes e apresentação de aspectos pertinentes à época de sua ocorrência. Contudo, cabe ressaltar que em essência do elemento ativo não mudou, e o que se discute são as proposições referentes aos métodos eficientes e eficazes de mensurar e avaliar de forma adequada e tempestiva.

2.3.1 Características gerais

Concebe-se o ativo como um recurso que possui essencialmente valor econômico, compreendido como um potencial de serviços ou utilidade, capaz de transformar-se ou contribuir com os fluxos de caixa. No entanto, o ativo ainda é capaz de fornecer informações privilegiadas sobre a estrutura da empresa relacionada capacidade de solvência (situação financeira), permitindo com isso conhecer a estrutura patrimonial (situação patrimonial) e descobrir a potencialidade da entidade gerar bons resultados (situação econômica), bem como servindo de base para diversos demonstrativos contábeis (ALCANTARA, 2007).

Para Francisco D' Auria (*apud* IUDÍCIBUS, 2009, p. 123), o ativo corresponde ao: "o conjunto de meios ou a matéria posta à disposição do administrador para que esse possa operar de modo a conseguir os fins que a entidade entregue à sua direção tem em vista".

O ativo representa então, uma matéria ou conjunto de materiais à disposição do agente controlador, com vistas a atender às suas finalidades. Segundo Meigs e Johnson (1962, *apud* IUDÍCIBUS, 2009), o ativo pode ser compreendido como recursos econômicos mantidos e controlado por um agente possuidor.

Paton (1924, *apud* IUDÍCIBUS, 2009, p. 124) define ativo como "qualquer contraprestação, material ou não, possuída por uma empresa específica e que tem valor para aquela empresa", por sua vez, apesar de não identificar a capacidade geradora de resultados futuros do ativo, o mesmo já fazia referência à materialidade ou não do ativo, ou seja, para que um elemento seja considerado ativo ele não precisa essencialmente possuir características físicas e sim valor para a empresa.

Para Sprouse e Moonitz (1962, *apud* IUDÍCIBUS, 2009) o conceito de ativos deve destacar a capacidade de gerar benefícios futuros e referenciam a sua origem quando de eventos correntes ou passados. Paralelamente a essa compreensão, Martins (1972, *apud* IUDÍCIBUS 2009) define o ativo como os benefícios futuros, provocados por um agente, dando início a controvérsias as relacionadas às práticas de mensuração do ativo, ou seja, o ativo deve ser registrado pelo valor de venda ou pelos benefícios que gera ou é capaz de gerar a entidade controladora.

Apesar das singularidades de cada definição, as mesmas convergem como foco, que basicamente são representados pelas características elementares e aplicáveis a qualquer elemento ativo (Figura 1).

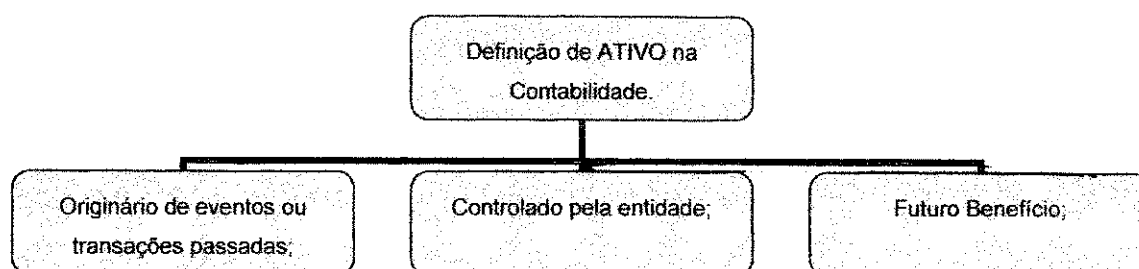


Figura 1 – Definição de Ativos na Contabilidade
Fonte: Adaptado de NIYAMA (2009).

A Figura 1 apresenta as características básicas dos ativos, as quais embasam o conceito relevantemente aceito na contabilidade, ou seja, concebe-se o ativo como recurso ou conjunto de recursos econômicos (material ou imaterial) adquiridos a partir de eventos passados ou correntes, alocados a disposição ou sob controle de uma entidade tendo em vista o auxílio ou obtenção de fluxos de correntes futuros. Sobre as características gerais aplicáveis aos elementos classificados como ativos na contabilidade, segue o quadro 3.

Quadro 3 – Características gerais do ativo.

CARACTERÍSTICAS	FUNÇÕES	QUALIDADES E FINALIDADES
Poder de troca	Geração de receitas	Valor adquirido
Direito de propriedade	São controláveis	Benefícios futuros
Recursos econômicos	Tem valor para a empresa	Posse
Resultado de eventos passados	Benefícios econômicos futuros	Serva para manter a atividade
São meios para se chegar aos fins	Uma promessa de caixa	Que tenha noção de utilidade para a empresa
Contribui para a geração de fluxo de caixa	Gastos realizados que criou um direito	Que tenha valor econômico para a empresa
Constituídos de recursos econômicos	Garante em partes a continuidade	Que tenha potencial de geração de caixa
Direitos de transações correntes ou passadas	Facilmente podem ser transformados em dinheiro	Adquirido a um custo monetário mensurável
Potencial para gerar fluxo de caixa, direta ou indiretamente mediata ou no futuro.		

Fonte: Adaptado de Iudícibus (2009).

Diante do exposto, o ativo pode ser entendido como um instrumento monetário, constituído a partir de transações correntes ou passadas, sendo mantido à disposição da entidade controladora e sendo capaz de gerar ou contribuir para o processo de manutenção e perpetuação da riqueza patrimonial, em um prazo que compreende a sua vida útil.

2.3.2 Reconhecimento e Mensuração de Ativos

O processo de decisão encontra-se relacionado às discussões de reconhecimento, mensuração e divulgação, que venham a atender as determinações legais e as necessidades dos usuários da informação, já que o processo de divulgação assim como os demais, por exemplo, reflete na posição financeira e patrimonial de uma entidade.

Nesse sentido, presume-se que os profissionais em contabilidade possuem conhecimentos capazes de fundamentar a avaliação e reconhecimento de determinado elemento, a fim de atribuí-lo um número que transmita a idéia de quanto esse elemento vale em termos monetários. Essa representação é capaz de influenciar diretamente nas decisões e gerenciamento de uma empresa.

Com a compreensão sobre a conceituação dos elementos dos ativos, dar-se início a discussão do tema reconhecimento de ativos como procedimento contábil, que envolve a análise criteriosa dos aspectos e características relacionados aos elementos em estudo. De acordo com Ernest Young & Fipecafi (2010, p. 6-7):

Um ativo é reconhecido na demonstração financeira quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis. Um ativo não é reconhecido na demonstração da posição financeira quando desembolsos tiverem sido incorridos ou comprometidos, dos quais seja improvável a geração de benefícios econômicos para a entidade após o período contábil corrente. Ao invés, tal transação é reconhecida como despesa na demonstração do resultado abrangente.

Logo, para que determinado item seja reconhecido e adequadamente mensurado como ativo, presume-se que esse satisfaça essencialmente a possibilidade de gerar fluxos de caixa futuros, caso contrário registrar-se-á como despesa do exercício.

Para Ludicibus (2009, p. 125) "o teste de um ativo é que ao trazer benefícios imediatos ou futuros, transformará esses benefícios em entradas líquidas de caixa ou em economia de saídas líquidas de caixa".

Niyama (2009, p. 128) comenta que:

O processo de reconhecimento na contabilidade diz respeito à incorporação nas demonstrações contábeis de um item desde que o mesmo se enquadre na definição. O reconhecimento de um item do ativo refere-se então, ao processo de incorporar no balanço patrimonial um recurso econômico. Essa incorporação considera a sua descrição, geralmente feita de forma resumida pela conta do plano de contas da entidade, e a associação do ativo com um valor monetário. O reconhecimento deve acontecer numa demonstração contábil e, para o caso do ativo, no balanço patrimonial.

Ante ao exposto, observa-se que assim como os demais elementos no universo da contabilidade, cada item deve ser reconhecido desde que corresponda ou satisfaça as condições mínimas exigidas por definição. Nesse contexto, que ativo representa o elemento patrimonial em estudo, é passível de reconhecimento a partir do momento em que representa benefícios futuros (fluxos de caixa positivos ou geração de riqueza) e ainda quando o seu valor monetário ou o seu custo de aquisição puder ser expresso em bases confiáveis.

Niyama (2009) comenta ainda, que para que determinado elemento seja considerado ativo, esse deve obedecer basicamente a três aspectos essenciais, e que abarcam a compreensão de que seja um recurso controlado por uma entidade, bem como originário de eventos passados e capaz de gerar benefícios futuros, além de estar atrelado a aspectos adicionais sobre materialidade, probabilidade de ocorrência e confiabilidade da avaliação.

A origem dos ativos é natural e espontânea, e as empresas a obtêm por meio da produção ou aquisição de ativos, mas a origem do ativo ainda é considerada alvo de inúmeras controvérsias, já que não existe um consenso no que se refere ao momento exato da concepção de um ativo, ou seja, para alguns o ativo é fruto de transações correntes, para outros são frutos de eventos passados (ERNEST YOUNG & FIPECAFI, 2009).

De acordo com Ribeiro *et. al.* (2009, p. 88), pode-se delimitar a origem de um ativo a partir de eventos passados:

[...] é uma restrição que decorre do conservadorismo contábil presentes nas regras da contabilidade financeira. Considerando essa restrição, a empresa só deveria reconhecer os ativos que resultassem de uma transação ou evento passado. Por exemplo, a marca e outros intangíveis adquiridos em uma transação de aquisição de uma empresa por outra pode ser reconhecida como ativo pela empresa adquirente, mas a própria marca e respeitabilidade auto-desenvolvida, da empresa e dos seus produtos, não

pode ser reconhecida como ativo, segundo as regras contábeis – repetimos, porque não houve uma transação ou evento passado para validar esse ativo. Entendemos que as potencialidades de benefícios gerados internamente na empresa, sem que ainda tenha havido uma transação anterior com o mercado, são ativos como qualquer outro.

Ante ao exposto, compreende-se que as despesas com os itens de ativo devem obedecer ao regime de competência, ou seja, serem reconhecidos e mensurados, a partir do fato gerador e a possibilidade de benefícios futuros ou fluxos de caixa positivos.

Ribeiro *et. al.* (2009) amplia a discussão quando critica a idéia de vincular a origem de um ativo apenas a transações e acontecimentos passados, já que os benefícios independem de ter havido transações anteriores, devendo está em pauta à capacidade do ativo de gerar resultados significativamente positivos a entidade.

Se há uma proibição de reconhecê-los para fins de contabilidade financeira, nada impede que fossem reconhecidos no sistema de informação de Contabilidade Gerencial da empresa. Assim, a nossa definição empresarial e contábil de um ativo é uma combinação da definição geral com o ajuste das utilidades geradas para fins econômicos, isto é: Ativo é o potencial de benefícios econômicos líquidos, sob controle da entidade, que esta espera obter de um agente (RIBEIRO *et. al.*, p. 88-89).

No que diz respeito ao aspecto de controle, esse se refere ao fato da entidade dispor de recursos e benefícios futuros por eles gerados, e a entidade pode controlar e direcionar os resultados econômicos de determinado ativo, sem que possua o direito de propriedade.

Nessa perspectiva, a posse torna-se indispensável para caracterizar a existência de um ativo, ou seja, uma entidade pode obter um ativo e esse não ter chegado, permanecendo em trânsito, o que não quer dizer que esse elemento não possa ser considerado ativo (IUDÍCIBUS, 2009).

Para Niyama (2009, p. 122):

Os ativos de uma empresa representam direitos de utilização de riqueza. No entanto, muitos ativos são somente direitos parciais. Um contrato de arrendamento de uma máquina representa o direito de utilizar por um período limitado de tempo, sendo que a riqueza gerada por esse ativo econômico é da empresa que fez o arrendamento. No entanto, o direito exclui a possibilidade de mudança substancial na forma de venda para outros desta mesma máquina.

Nesse sentido, a capacidade de um ativo em gerar benefícios futuros, refere-se à potencialidade direta ou indireta, de contribuir para geração de riqueza ou equivalente caixa para a entidade (NIYAMA, 2009). Diante disso, Ribeiro (2009, p. 88) comenta que “Os prováveis benefícios econômicos futuros requerem a potencialidade de o ativo, isoladamente ou em conjunto com outros ativos, contribuir, direta ou indiretamente, para os fluxos de caixa futuros da entidade”.

Conforme trata Ribeiro *et. al.*, (2009) na linguagem contábil, mensurar refere-se ao procedimento capaz de avaliar e atribuir valor monetário ou quantitativo aos elementos contábeis, com base em conceitos relevantes pré-estabelecidos.

O produto dessa análise representa então, um número que expressa quanto o ativo vale, geralmente essa análise é de caráter subjetivo, ou seja, o valor do ativo será estimado conforme o potencial de serviços que, por conseguinte dependem das estimativas de quanto será os benefícios líquidos futuros por parte da entidade controladora.

Para Niyama (2009, p. 130):

O processo de mensuração contábil de um ativo consiste em atribuir um valor monetário a esse recurso econômico. Apesar de dados não monetários serem relevantes para o processo decisório, prevalece na medição do ativo à utilização como unidade de medida de moeda.

A mensuração de um ativo refere-se à capacidade de medir ou quantificar, em números ou unidades monetária, quanto vale esse recurso, apesar de informações não monetárias serem indispensáveis para uma melhor compreensão ou definição do elemento em discussão.

Iudicibus (2009, p. 125) complementa esse entendimento ao tratar que os:

Bens incorporados por doação são ativos, da mesma forma que os adquiridos ou construídos, desde que confirmem à entidade expectativa de benefícios futuros. Se as doações se revestirem de características recorrentes, como, por exemplo, no caso de entidades não lucrativas que tem como fonte parcial de suas receitas (de seus orçamentos) doações, a contrapartida deverá ser a crédito de receita, eventualmente não operacional. Se tratar de doação de ativos permanentes, para servirem a mais de um ciclo operacional, a contra partida poderá ser a crédito uma conta de patrimônio líquido.

Nesse sentido, qualquer elemento poderá ser considerado um ativo, desde que represente possibilidades de benefícios futuros, mas se a origem desse elemento se vincula a uma condição já estabelecida, ou fato rotineiro como, ele passa a figurar e ser registrado como receita não operacional, já para situações na qual a sua utilização ultrapasse mais de um exercício financeiro o elemento passa a integrar a conta de patrimônio líquido.

Segundo Niyama (2009, p. 130-131):

De maneira geral, os ativos de uma entidade são trocados por moeda. Isso faz com que o valor de troca seja uma opção natural na determinação do método de medição. Entretanto, o valor de troca pode assumir diferentes formas, o que torna a decisão de escolha da base de avaliação difícil. Inicialmente, o valor de troca pode assumir duas formas: valor de entrada e valor de saída. O valor de entrada corresponde àquele obtido pela entidade no mercado de compra. Já o valor de saída refere-se ao montante obtido no mercado de venda.

Assim, pode-se destacar que os métodos de avaliação de ativos correspondem a uma ferramenta, que tem por objetivo relacionar e quantificar o que pode ser considerado como futuros benefícios econômicos, em que os valores de entrada correspondem ao custo dos recursos sacrificados ou sacrificáveis na obtenção de um ativo que será avaliada sendo uma aproximação razoável do seu valor, enquanto que os valores de saída correspondem às expectativas de dinheiro que se espera receber quando da venda ou baixa de um ativo.

Nesse sentido Miranda e Haji (2003, p. 1) enfatizam que:

Pode-se comprar a mensuração como uma "lente", através da qual o gestor vê a realidade organizacional. Como qualquer "lente", a mensuração pode aumentar, reduzir ou distorcer a imagem que o gestor tem da realidade. Assim o problema central é estabelecer a "lente" que melhor auxilie o gestor no atendimento dos objetivos da organização. Ao se falar em mensuração lembra-se exatamente o que pretende representar. Mensurar, é traduzir monetariamente o valor econômico dos objetos e eventos.

Ante ao exposto, compreende-se que os ativos representam os recursos indispensáveis para a manutenção e desenvolvimento das atividades da entidade. E é partindo desse pressuposto que se justifica a necessidade de que os profissionais em contabilidade possam se respaldar em métodos e critérios fidedígnos, quando do processo de identificação, mensuração, contabilização e disseminação de informações a cerca das mudanças e evoluções no patrimônio da empresa.

Dentre os principais métodos de mensuração de ativos, observa-se a existências de duas grandes categorias, que abarcam os valores de entrada e de saída (Quadro 4).

Quadro 4 – Métodos de mensuração dos ativos.

CATEGORIA	MÉTODO	COMPREENSÃO
Valores de entrada – Compreende os valores de aquisição dos ativos.	Custo histórico	Representam os desembolsos incluindo- se todos os dispêndios necessários para colocar o ativo em condição de gerar benefícios futuros para entidade controladora. É comumente utilizado na mensuração de ativos como estoques, terrenos, máquinas e equipamentos etc.
	Custo histórico corrigido	Trata- se exclusivamente da restauração do valor ou custo do bem adquirido a partir operações passadas em função do poder aquisitivo da moeda (inflação).
	Custo corrente	Representa quanto seria o desembolso caso um ativo tivesse que ser adquirido no presente, ou seja, é a representação do sacrifício em termos monetários que uma entidade submeteria- se para obter um ativo já existente, ou seja, trata- se de quanto um ativo equivalente vale se fosse adquirido na data atual.
	Custo corrente corrigido	Traz-se a valor presente do custo do ativo com base no custo corrente a partir de parâmetros econômicos estabelecidos mediante variações no mercado.
Valores de saída - Compreendem o preço de troca ou venda.	Valor realizável líquido	Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam se obtidos pela venda, ou seja, considera o valor do ativo menos todos os custos e desembolsos necessários quando esse é colocado à venda, levando- se em consideração ainda fatores capazes de influenciar a realização desses como a incerteza. Vale salientar que esse critério de avaliação só será validado se a entidade apresentar relevante grau continuidade e normalidade na operacionalidade das suas atividades.
	Valor de liquidação	Nesse caso ativo tende- se a realizar- se forçadamente onde esse é colocado à venda visando sanar obrigações adquiridas pela entidade, de modo a priorizar inicialmente os credores e em seguida os sócios. No entanto o valor do ativo será definido conforme a expectativa do mercado, ou seja, quanto o mesmo está disposto a pagar (<i>fair value</i>).
	Equivalente corrente de caixa	Estima quanto à entidade obteria em dinheiro caso decidisse desfazer- se de seu patrimônio em períodos correntes distintos, ou seja, a empresa estabeleceria previsões do quanto seria arrecadar em dinheiro por cada ativo num período futuro. Vale salientar que esse método deve ser aplicado numa entidade a qual opere em situação de continuidade, e esse serve apenas para fins gerenciais e especulativos, ou ainda de ajuste patrimonial a equivalentes correntes.
	Valor presente líquido	Representa os benefícios esperados ao longo do tempo, com base em taxas vigentes levado ainda em consideração o risco e a possibilidade da não ocorrência.

Fonte: Adaptado de Niyama (2009) e Iudícibus (2009).

Assim, o processo de mensuração deve ser concebido de modo a traduzir o que se está avaliando, evitando subavaliações ou vieses, o que indica a transcrição dos elementos

capazes de respaldar a tomada de decisão do gestor, ou possibilitar a compreensão da posição patrimonial ou financeira de uma entidade em estudo.

2.3.3. Evidenciação de Ativos (DISCLOSURE)

Antes de iniciar a discussão a cerca da evidenciação na contabilidade, cabe tratar sobre a questão de que a mesma não deve ser entendida estritamente como uma norma, princípio, postulado ou convenção, haja vista que a evidenciação atende ao objetivo da contabilidade, que consistem em gerar e disponibilizar informações adequadas para os seus usuários (IUDÍCIBUS, 2008).

Ainda de acordo com Iudícibus (2008), a evidenciação contábil deve atender as necessidades de seus mais diversos usuários e de acordo com o perfil de cada um, de modo que a sua produção e disseminação seja diretamente influenciada com bases nas características expostas no Quadro 5.

Quadro 5 – Características relevantes na formulação de informações e evidenciação contábil.

CARACTERÍSTICAS	FINALIDADE
Relevância para a entidade	Só deverá ser produzido o que realmente for necessário e útil a entidade.
Quantidade	A quantidade de informação a ser gerada e divulgada será influenciada com base na necessidade e grau de sofisticação de quem a recebe, nesse sentido as informações produzidas devem ser compreensivas, adequadas e justas.
Complexidade	As informações devem ser geradas com base na capacidade de interpretação dos seus usuários, ou seja, quão mais sofisticados forem os usuários, mais rica e detalhada deverá ser informação gerada.
Qualidade	A informação deve buscar evidenciar tudo o que for relevante, com base na fidedignidade e veracidade.

Fonte: Adaptado de Iudícibus (2009) e Hendriksen e Van Breda (2009).

Analisando as características básicas apresentadas no quadro 5, observada-se que quando da formulação das informações contábeis, não se pode deixar de considerar esses critérios na medida em que a utilização das informações contábeis induz a tomada de decisão e interfere diretamente nas atividades e resultados de uma entidade.

De maneira genérica, a evidenciação nos remete a veiculação de informações financeiras de uma empresa representadas por um conjunto de demonstrações contábeis capazes de

fornecer informações privilegiadas e influenciar no processo decisório e do risco (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 2009).

Dentre os principais modelos ou padrões de evidenciação disponíveis, destacam-se os apresentados no Quadro 6.

Quadro 6 – Modelos ou padrões de evidenciação.

MODELOS OU PADRÕES	FINALIDADE
Demonstrativos contábeis	Apresentação, inclusão ou organização de informações de maneira ordenada no corpo de uma ou mais demonstração financeira, visando facilitar a sua interpretação e melhoramento da evidenciação. Ex: Balanço Patrimonial.
Informações entre parênteses	Trata-se de uma "extensão" dos demonstrativos contábeis, ou seja, maiores esclarecimentos sobre determinado item ou grupo quanto a procedimentos ou métodos específicos de avaliação, apresentação u detalhamento de características específicas importantes, avaliações alternativas etc.
Notas explicativas	Fornecimento de informações que não podem ser apresentadas no corpo dos demonstrativos figurando como parte integral dos relatórios contábeis.
Quadros e demonstrativos suplementares	Os quadros suplementares apresentam detalhes de itens que constam nos demonstrativos contábeis tradicionais, enquanto que os demonstrativos suplementares apresentam os demonstrativos contábeis sob outras perspectivas de avaliação, por exemplo, corrigidos pelo nível geral de preços ou a custo de reposição.
Parecer de auditoria	Pode ser considerada como a análise crítica com relação aos efeitos significativos da utilização dos métodos contábeis distintos dos geralmente aceitos e vice-versa, em resumo trata-se da duplicação de divulgações com a finalidade de garantir a integridade das informações geradas.
Relatórios da administração	Informações de caráter não financeiro capazes de influenciar na operacionalização da empresa, enumeram expectativas futuras, planos de crescimento, mensuração de valores a serem gastos no futuro etc.

Fonte: Adaptado de Iudícibus (2009) e Hendriksen e Van Breda (2009).

No mundo dos negócios, as informações financeiras figuram como instrumento para embasar a tomada de decisão dos mais diversos usuários, facilitando com isso, o conhecimento e estabilidade dos negócios, a partir da divulgação tempestiva de fatores relevantes, permitindo ainda que o seu usuário se antecipe a determinados acontecimentos. Ante ao que já foi discutida a cerca do processo de produção e evidenciação contábil Iudícibus (2009, p. 116-17) comenta que:

A evidenciação é um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informações para o usuário. Ocultar ou fornecer informação

demasiadamente resumida é tão prejudicial quanto fornecer informações em excesso.

Não seria algo distante imaginar a contabilidade e evidenciação como ramos interligados a "Era do conhecimento", que se preocupa em evidenciar o processo como um meio de relacionamento organizado, capaz de disseminar o valor informativo das particularidades, expectativas e posição financeira da empresa (RIBEIRO FILHO *et. al.*, 2009).

A Figura 2 representa a interligação dos fatores relacionados à demanda por informação (Era do conhecimento), tendo em vista o alcance do objetivo básico da contabilidade, que consiste em gerar informações e as disponibilizá-las aos mais diversos usuários (Evidenciação contábil).



Figura 2 – Contabilidade x Era da Informação
Fonte: Adaptado de Ribeiro Filho *et. al.* (2009).

A Era da Informação representa o nível ou ambiente no qual as empresas atuam, caracterizado pela busca incessante de informações, que possuem a capacidade de gerarem alguma vantagem competitiva ou papel de destaque, no que se refere ao conhecimento de técnicas mais eficientes e eficazes para o gerenciamento de custos e recursos disponíveis.

Em uma linguagem semelhante, Ludícibus (2009) defende a evidenciação como instrumento capaz de embasar a decisão financeira através da disseminação das informações de maneira organizada e adequada, de acordo com o perfil, necessidade, relevância e demanda de cada usuário.

2.3.4 Ativos tangíveis e intangíveis

Com base nos conceitos de ativos, passa-se a discussão a cerca dos fatores relacionados à tangibilidade ou intangibilidade do ativo, e que estão diretamente relacionados com a característica física ou não de um bem, e de sua capacidade de influenciar e delimitar a representação em demonstrações financeiras.

Reconhecer um ativo intangível e mensurá-lo, para apresentação nas demonstrações financeiras representa uma prática tradicionalmente exitosa e polemizada pelo fato dela está essencialmente ligada a subjetividade, que por natureza, compromete e dificulta a sua identificação e real potencial de geração de benefícios econômicos. Em um mesmo sentido, conclui-se que a contabilização dos intangíveis exige maior respaldo e conhecimento dos profissionais de contabilidade em relação aos procedimentos adequados e fidedignos (ERNEST YOUNG & FIPECAFI, 2010).

O termo intangível deriva de tangere expressão oriunda do latim e que significa tocar, nesse sentido os ativos intangíveis correspondem aos recursos que não possuem existência real, representação física ou ainda bens que não possam ser tocados (SCHMIDT, SANTOS & FERNANDES, 2005).

Ribeiro Filho et. al. (2009, p. 100) reforça essa compreensão ao acrescentar o seguinte comentário:

Apesar de os ativos terem diferentes formas, todos têm a mesma essência: são potenciais de benefícios econômicos líquidos, sob controle de uma entidade, que ela espera obter de um agente. Assim, a natureza do ativo não estará no bem em si, mas nos benefícios, serviços ou utilidades que ele gera. Sob este ponto de vista, todos os ativos são intangíveis, posto que as necessidades do homem, satisfeitas pelos ativos, não são tocadas. Por exemplo, no carro podemos buscar conforto, segurança, velocidade etc., atributos que não tocamos fisicamente.

Ante ao exposto, depreende-se que às características essenciais do ativo, bem como a capacidade de gerar benefícios futuros, devem ser mantidas sob o controle de uma entidade, e que mesmo possuindo características físicas, passíveis ao toque não se configura como um elemento suficiente e capaz de impedir a predominância de determinadas particularidades (intocáveis ou intangíveis).

Partindo desse pressuposto, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2006, p. 228), definem os ativos intangíveis como elementos patrimoniais desprovidos de existência física, ou seja:

Os ativos intangíveis são um ativo como outro qualquer. São agregados de benefícios econômicos futuros sobre os quais uma dada entidade detém o controle e exclusividade na sua exploração. Ocorre que diferentemente dos ativos tangíveis, que são visivelmente identificados, e contabilmente separados, os intangíveis por vezes não o são.

Assim como Ribeiro Filho et. al. (2009), Iudícibus, Martins e Gelbcke (2006), enfatizam as essencialidades dos ativos (origem, controle e promessa de futuros benefícios) e através dessas justifica o enquadramento dos elementos intocáveis como ativos. Logo o que define ou não a mensuração de um elemento com ativo não é a sua existência física ou capacidade de ser passível ao toque e sim o enquadramento nas definições básicas de ativos.

Levando-se em consideração os avanços da globalização e seus efeitos (ampla disseminação de tecnologia nos mais diversos ramos empresariais e o acirramento da competição tornado as empresas cada vez mais semelhantes), surgem os ativos intangíveis como mecanismos ou recursos capazes de proporcionarem vantagem competitiva, mediante características próprias ou desenvolvidas ao longo do tempo. Logo a real compreensão do conceito de ativo, permite entender a natureza e características de muitos outros elementos, os quais exigem o respaldo da contabilidade assegurando a vantagem da diferenciação e vantagem competitiva (ERNEST YOUNG & FIPECAFI, 2010).

Diante do exposto, os ativos intangíveis assemelham-se em essência aos ativos tangíveis, ou seja, possuem basicamente as mesmas particularidades, quando a sua capacidade produtiva é devidamente explorada, esse é capaz de promover a vantagem competitiva em níveis significantes.

Conforme trata Iudícibus (2009) e Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007) dentre o universo dos itens que compõem os ativos intangíveis, tem-se os itens expressos no Quadro 7.

Quadro 7 – Classificação dos ativos intangíveis.

ATIVOS INTANGÍVEIS	Definição
Gastos de Implementação e Pré-Operacionais	São os gastos oriundos de novos empreendimentos ou projetos, ocorrem geralmente antes de se iniciar propriamente as atividades da empresa
Marcas e Nomes de Produtos	Corresponde a simbologia ou palavra que define ou diferencia um produto ou empresa, esses ativos são em essência direitos concedidos a alguém por um determinado período, seja por direito, permissão governamental ou pela própria vida econômica.
Pesquisa e Desenvolvimento (P & D)	São gastos realizados com a expectativa de geração de novos produtos, aperfeiçoamento dos já existentes ou ainda redução de custos operacionais para obtenção de benefícios futuros.
Goodwill	Corresponde ao excedente em relação ao preço pago na compra de um empreendimento ou patrimônio sobre o preço de mercado desses.
Direitos Autorais	Segue o mesmo raciocínio das Marcas e Nomes de Produtos, porém esse é garantido ao seu criador durante toda a vida, além de transferir esse direito aos seus herdeiros seja de reprodução ou comercialização durante 50 anos. Vale salientar que assim como as patentes os direitos autorais não são renováveis, mas podem ser vendidos ou designados para outros indivíduos.
Patentes	Segue o mesmo raciocínio das Marcas e Nomes de Produtos, no entanto as patentes possuem vida útil de no máximo 17 anos, ou seja, permite ao seu possuidor o direito exclusivo de uso produção e venda seja um produto ou processo.
Franquias e Licenças	Seguem o mesmo raciocínio das Marcas e Nomes de Produtos, representam um acordo contratual pelo qual o franqueador permite ao franqueado o direito de comercializar bens e serviços, pelo uso da marca ou nome do produto, ou ainda desempenhar certas funções numa área geográfica delimitada.
Desenvolvimento de Software	Gastos relacionados com a criação ou aprimoramento de programas básicos, utilitários ou aplicativos, com o objetivo de promover a melhoria ou eficiência na produção de produtos ou prestação de serviços etc.
Determinados Investimentos de Longo Prazo	Gastos realizados com o objetivo da descoberta de novos conhecimentos, ou aprimoramento dos já existentes de maneira que esse traga alguma melhoria significativa para um produto ou processo já existente.

Fonte: Adaptado de Iudícibus (2009) e Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007).

O Quadro 7 apresenta de maneira resumida, os ativos intangíveis e as suas principais características, como: direitos ou permissões de posse, uso e transferência, capacidade de agregação e excedentes de valor mediante processo de compra e venda etc., logo a real compreensão do conceito de ativo permite entender a natureza e características de muitos outros elementos os quais exigem o respaldo da contabilidade.

2.3.5 Ativos correntes (circulantes) e não correntes (não circulantes)

Os ativos correntes ou circulantes representam as disponibilidades ou outros ativos, que se realizam dentro do ciclo operacional da empresa, sendo também caracterizados como

elementos de maior capacidade de conversão em dinheiro em um menor espaço de tempo. Paralelamente Hendriksen e Van Breda (2009) definem ativos circulantes como recursos (caixa entre outros) que são consumidos mediante realização em dinheiro, venda ou consumo, e que atuam durante o ciclo operacional da empresa sob situação de normalidade das atividades da empresa.

Ernest Young & Fipecafi (2010, p. 20) completam o entendimento ao defender que:

Ativos correntes incluem ativos (tais como inventários e contas receber comerciais) que são vendidos, consumidos ou realizados como parte de um ciclo operacional normal mesmo que não se espere que sejam realizados dentro de 12 meses após a data da demonstração financeira. Ativos correntes também incluem ativos mantidos, primeiramente, com a finalidade de serem negociados (ativos financeiros dentro dessa categoria seriam classificados como mantidos para negociação, de acordo com IAS 39 e a parcela corrente dos ativos financeiros não correntes).

Ante ao exposto, é possível afirmar que os ativos circulantes podem exceder o ciclo operacional da empresa, desde que representem características de liquidação de caráter imediato ou facilitada. Com isso, pressupõe-se que a característica fundamental de um ativo circulante refere-se à capacidade de realização e/ou transformação em dinheiro de um bem, ou período, em até um ano ou mais, desde que representem relevante capacidade de conversão ou realização em dinheiro (condicionado ao ciclo operacional da empresa), sob condições normais dos negócios.

De acordo com a própria nomenclatura o ativo não circulante ou não corrente é representado por um grupo de bens de permanência e utilização duradoura, destinados a manutenção das atividades da empresa controladora, ou seja, são aqueles cuja utilização ao se realizam dentro do ciclo operacional da empresa.

Para Ernest Young & Fipecafi (2010), os ativos não correntes são aqueles mantidos para a venda, os quais sua realização ultrapassa o ciclo operacional da empresa, ou seja, período que a compreende.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Mediante aplicação do questionário de pesquisa, obteve-se a resposta de 82 discentes, com o intuito de identificar o perfil dos mesmos, bem como constatar o que esses compreendem a cerca do elemento patrimonial "ativo", que correspondem aos objetivos propostos desta pesquisa. Por fim, os resultados foram organizados em tabelas para que dessa forma proporcione uma melhor compreensão e estudo dos resultados, os quais foram divididos em três grandes grupos: Perfil dos entrevistados, Perfil acadêmico e Conhecimento sobre ativos.

A seguir, inicia-se a análise dos resultados partindo inicialmente da investigação do perfil dos entrevistados.

3.1 Perfil dos entrevistados

O perfil do entrevistado foi descrito baseando-se em três itens: o gênero, a faixa etária e sua situação funcional. Com objetivo de traçar o perfil dos entrevistados, no que concerne ao gênero, a tabela 1 descreve os resultados encontrados.

Tabela 1. – Perfil dos entrevistados quanto ao gênero.

GÊNERO	TOTAL DAS IFES	
	FREQUENCIA	% FREQUÊNCIA
Masculino	39	47,56%
Feminino	43	52,44%
Total	82	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Segundo os resultados obtidos na tabela 1, a pesquisa revela que mais da metade dos discentes que estão concluindo o curso de Ciências Contábeis nas IFES Paraibanas são do gênero feminino, ou seja, 52,44%. Historicamente, percebe-se que ocorreram mudanças no perfil dos profissionais, havendo um aumento significativo de mulheres.

Conforme o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 1996), que traçou o perfil do

contabilista brasileiro, a grande maioria dos profissionais da classe contábil pertencia ao sexo masculino (72,55%). Já pesquisa do CFC em 2004, no Brasil 34,03% são do sexo feminino, enquanto que em 2009 aumentou para 37,29% . Assim, percebe-se que há um aumento gradativo das mulheres, o que indica uma significativa mudança no perfil profissional dos contabilistas, que pode estar associada às novas ocupações das mulheres no mercado de trabalho e incentivos por parte do CFC e CRC's em treinamentos e encontros específicos (CFC, 2006). Não foram encontradas pesquisas mais recentes a esse respeito.

Com base nos resultados, pode-se concluir que o número significativo de mulheres no curso de ciências contábeis, (mesmo que a área de atuação seja tradicionalmente masculina) revela que o crescimento da participação da mulher no campo de atuação contábil vem acompanhando a evolução da sociedade, pois segundo as pesquisas apresentadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, na última década aumentou a atuação da mulher na profissão, tendo em vista o espaço que ocupam no mercado de trabalho. Na região nordeste, precisamente na Paraíba, esse número vêm crescendo, como verificado no perfil de estudantes concluintes do curso de ciências contábeis vistos nesta pesquisa.

Visando obter uma visão mais ampla sobre o perfil do entrevistado, seguem os resultados encontrados referentes à faixa etária, de acordo com a tabela 2.

Tabela 2 – Perfil dos Entrevistados quanto à faixa etária

FAIXA ETÁRIA	TOTAL DAS IFES	
	FREQUÊNCIA	% FREQUÊNCIA
Entre 17 e 21 anos	12	14,63%
Entre 22 e 26 anos	56	68,29%
Entre 27 e 31 anos	9	10,98%
Acima de 32 anos	5	6,10%
Total	82	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Com base nos dados obtidos, a amostra evidencia que 68,29% dos entrevistados possuem entre 22 e 26 anos, o resultado comprova a crescente participação do público jovem no ensino superior gratuito no Brasil. Tal fato justifica-se em virtude da democratização de oportunidades de ingresso em diferentes áreas do conhecimento, aliada também a crescente diversificação das instituições de ensino superior.

A síntese dos indicadores sociais de 2009 divulgada no site do IBGE afirma que “outro avanço na faixa de 18 a 24 anos, demonstrado pela Síntese, é que dobrou a proporção dos jovens cursando o ensino superior: de 6,9% para 13,9%. Houve aumento da frequência ao ensino superior em todas as regiões do país, entre 1998 e 2008”. Nesse sentido, as informações obtidas dão suporte e veracidade aos resultados da pesquisa.

A seguir é apresentada a tabela 3, a qual se refere aos resultados obtidos com relação situação funcional dos entrevistados.

Tabela 3 – Perfil dos Entrevistados quanto à situação funcional

SITUAÇÃO FUNCIONAL	TOTAL DAS IFES	
	FREQUÊNCIA	% FREQUÊNCIA
Colaborador(a) em empresa privada	32	39,02%
Funcionário (a)/ Servidor (a) público	22	26,83%
Profissional Liberal	0	0,00%
Empresário (a)	7	8,54%
Outro	21	25,61%
Total	82	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

No que diz respeito à situação funcional dos estudantes, observa-se que o campo de atuação volta-se a colaboração em empresa privada (39,02%), sendo que 26,83% é funcionário (a) público, 25,61% outro (entre estagiário, *trainner* e estudante), e 8,54% se dizem empresários (as). A tabela 3 ainda é capaz de fundamentar que além da atividade estudantil, os concluintes exercem alguma ocupação profissional já que mais 50% dos concluintes exercem alguma atividade relacionada a trabalho remunerado. Cabe ressaltar que o fato dos cursos de ciências contábeis funcionarem predominantemente em turno noturno, influencia e de certa forma predispõem a possibilidade dos estudantes trabalharem e estudar ao mesmo tempo.

3.2 Perfil acadêmico

Nesse grupo serão abordados as seguintes variáveis: distribuição por IFES, motivação para a escolha do curso de Ciências Contábeis e ano de ingresso dos concluintes. Dando

continuidade a análise dos resultados da amostra, a tabela 4 revela a distribuição dos concluintes por IFES.

Tabela 4 – Perfil Acadêmico dos Entrevistados quanto a distribuição por IFES

IFES	FREQUÊNCIA	% FREQUÊNCIA
UFPB - Campus João Pessoa	33	40,24%
UFPB - Campus Mamanguape	13	15,85%
UFCG – Sousa	36	43,90%
Total	82	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

No que se refere à distribuição dos discentes por IFES, a tabela 4 mostra os resultados, dos 84 respondentes, dessa amostra 56,09% fazem parte da UFPB, cabe ressaltar que o índice equivale aos concluintes do Campus de João Pessoa e do Campus de Mamanguape os quais correspondem a dois turnos (matutino e noturno) em seguida 43,90% são alunos da UFCG Campus de Sousa, o qual compreende um único turno e esse apenas noturno.

A tabela a seguir referencia os resultados obtidos com relação ao ano de ingresso no curso de ciências contábeis.

Tabela 5 - Perfil Acadêmico – Ano de Ingresso no Curso de Ciências Contábeis

ANO DE INGRESSO NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	TOTAL DAS IFES	
	FREQUÊNCIA	% FREQUÊNCIA
Até 2005	3	3,66%
DE 2006 À 2007	59	71,95%
DE 2008 À 2009	20	24,39%
DE 2010 À 2011	0	0,00%
TOTAL	82	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Conforme mostra a tabela 5, ingressaram no curso de Ciências Contábeis entre os anos de 2006 à 2007 o maior percentual da amostra o que representa 71,95% (59 alunos), de 2008 à 2009 24,39% dos entrevistados (20 alunos), até 2005 3,66% (3 alunos), por fim de 2010 à 2011 apresentou uma frequência nula ou 0% nenhum dos concluintes ingressaram nesse período.

Esses resultados se justificam uma vez que o tempo de conclusão do curso nas instituições abordadas neste estudo é em média cinco anos, desta feita, a maioria ingressou no ano de

2006 e concluirá no ano de 2011. Ainda podemos averiguar através dos resultados, que a população de alunos que está concluindo por período corresponde ao número de ingressos.

O percentual 24,39% relativo ao item (de 2008 à 2009), justifica-se em virtude dos concluintes já terem cursado outros cursos como: matemática, administração, economia, etc. Desse modo, conseguem dispensar algumas disciplinas, permitindo em contrapartida o avanço e conclusão em um menor período de tempo.

Com relação à motivação para fazer o curso de ciências contábeis, a tabela 6 discrimina este perfil acadêmico.

Tabela 6 - Perfil Acadêmico – Motivação para a escolha do curso de ciências contábeis

MOTIVAÇÃO PARA A ESCOLHA DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	TOTAL DAS IFES	
	FREQUÊNCIA	%
Estímulo Familiar	8	9,76%
Está atuando na área, como técnico em contabilidade	0	0,00%
Está atuando na área, como auxiliar em escritório de contabilidade	1	1,22%
Empregabilidade (oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho)	30	36,59%
Ingresso no serviço público (concurso)	26	31,71%
Campo de atuação profissional	7	8,54%
Outro	8	9,76%
TOTAL	82	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A tabela 6 revela que 36,59% (30 alunos) dos entrevistados escolheram o curso de Ciências Contábeis motivados pelas oportunidades de emprego oferecidas no mercado de trabalho, 31,71% (26 alunos) dos entrevistados assinalaram a opção cinco com a finalidade de prestar concurso e ingressar no serviço público, 12,2% optaram pelo curso, motivados pelo estímulo familiar ou por realização pessoal. Nesse sentido, a amostra revela que mais de 50% dos entrevistados escolheram o curso de ciências contábeis motivados em sua amplitude pelas oportunidades de emprego que a profissão oferece de maneira geral, ou ainda para alcançarem certa instabilidade ou promoção em empresas privada ou escritório de contabilidade, ou ainda em virtude do vasto campo de atuação no setor público.

No intuito de verificar o conhecimento dos entrevistados sobre o tema "ativo", também um dos objetos desta pesquisa, segue o próximo grupo.

3.3 Conhecimentos sobre ativos

Para alcançar os objetivos propostos desta pesquisa, questionou-se sobre o conhecimento dos elementos do ativo no que concernem aos conhecimentos gerais, seu reconhecimento, mensuração e evidenciação, além da distinção entre Ativos Corrente, Não Corrente, Tangível e Intangível.

Seguem-se os resultados sobre os conhecimentos gerais sobre ativos (tabela 7)

Tabela 7 - Conhecimentos Gerais sobre Ativos

O QUE OS ENTREVISTADOS ENTENDEM SOBRE ATIVOS DE UM MODO GERAL:	TOTAL DAS IFES	
	FREQUÊNCIA	% FREQUÊNCIA
Os ativos representam direitos de utilização de riqueza.	1	1,22%
São os bens e direitos de uma entidade	21	25,61%
Conjunto de meios ou a matéria posta à disposição do administrador para que esse possa operar de modo a conseguir os fins que a entidade entregue à sua direção tem em vista.	45	54,88%
Conjunto de meios ou a matéria posta à disposição do administrador para que esse possa operar de modo a conseguir os fins que a entidade entregue à sua direção tem em vista.	4	4,88%
Qualquer contraprestação, material ou não, possuída por uma empresa específica e que tem valor para aquela empresa.	0	0,00%
São constituídos a partir de transações correntes ou passadas, mantidos à disposição da entidade controladora e capaz de gerarem ou contribuir para o processo de manutenção e perpetuação da riqueza patrimonial, em um prazo que compreende a sua vida útil.	11	13,41%
Total	82	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Com propriedade no que foi abordado no referencial teórico desta pesquisa sobre a concepção do ativo, o conceito mais completo é o da última alternativa da tabela 7, que é evidenciado por muitos autores ao longo da revisão bibliográfica dessa pesquisa, a qual foi assinalada pela minoria dos entrevistados perfazendo um índice de 13,41% (apenas 11 concluintes). No entanto, cabe ressaltar que nenhuma das demais alternativas está incorreta, ou seja, buscou-se a partir desse grupo de perguntas, medir o nível de conhecimento dos entrevistados, com base em um conceito mais relevante.

Assim, no que diz respeito ao nível de conhecimento dos entrevistados em relação ao elemento patrimonial “ativo”, os dados revelam que a maioria dos entrevistados (45 concluintes), compreende a definição do elemento ativo ainda de maneira genérica e superficial, desprezando características fundamentais como controle e origem, tal definição trata apenas da utilização do elemento omitindo ainda a capacidade de geração de receita futura, assim como foi referenciado na revisão bibliográfica desta pesquisa segundo D' Auria (*apud* Ludícibus, 2009, p. 123).

A segunda alternativa mais evidenciada como conceito do ativo foi assinalada por 25,61% dos entrevistados onde esses compreendem que ativos representam apenas bens e direitos de uma entidade. A minoria dos entrevistados (quatro concluintes) assinalou a quarta alternativa, também considerada incompleta ou deficiente, pelo fato de não abordar em essência o elemento em estudo. As demais alternativas apresentaram frequências irrelevantes sendo 1,22% para a primeira alternativa e 0% para a quinta, apresentando-se também de maneira superficial com base na revisão bibliográfica.

Em suma, os resultados obtidos respaldam a deficiência na real compreensão das características relevantes dos ativos por parte dos concluintes das IFES públicas do estado da Paraíba, ou seja, os resultados da amostra indicam que os concluintes possuem apenas conhecimento superficial sobre as características elementares dos ativos como “bens e direitos”, sendo indiferente em sua maioria com relação a capacidade de gerar benefícios futuros e ser passível de controle a partir de uma entidade. A mesma constatação pode ser reforçada nos resultados obtidos no trabalho de André Moura Cintra Goulart publicado na revista Contabilidade & Finanças da USP no ano de 2002. No que tange ao reconhecimento de ativos, a tabela 8 evidencia o que foi verificado.

Tabela 8 – Conhecimentos sobre reconhecimento de ativos

O QUE FICOU ENTENDENDO SOBRE O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DE ATIVOS:	TOTAL DAS IFES	
	FREQUÊNCIA	% FREQUÊNCIA
Um ativo é reconhecido na demonstração financeira quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis	40	48,78%
O reconhecimento de um item do ativo refere - se então, ao processo de incorporar no balanço patrimonial um recurso econômico.	5	6,10%
Deve obedecer basicamente a três aspectos essenciais, e que abarcam a compreensão de que seja um recurso controlado por uma entidade, bem como originário de eventos passados e capaz de gerar benefícios futuros, além de está atrelado a aspectos adicionais sobre materialidade, probabilidade de ocorrência e confiabilidade da avaliação.	37	45,12%
Total	82	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

No que tange ao conhecimento dos entrevistados a respeito do reconhecimento de ativo, a pesquisa revela que 45,12% dos discentes compreendem a necessidade de que para determinado elemento seja considerado ativo, deve atender inicialmente as características pertinentes ao mesmo, sendo calculado a partir de bases confiáveis etc.

Contudo, a maioria dos concluintes escolheu a afirmativa, a qual determina o reconhecimento do ativo como aquele que traz benefício futuro, ou seja, uma alternativa incompleta, pois conforme referenciado deve-se abordar o controle e a origem, além da geração de benefício futuro. Desta forma, a concepção dos concluintes a cerca do tema tende a superficialidade.

Com relação ao conhecimento da mensuração, a tabela 9 revela o que foi encontrado.

Tabela 9 – Conhecimentos sobre o processo de mensuração de ativos

O QUE OS DISCENTES INTERPRETAM SOBRE O PROCESSO DE MENSURAÇÃO DOS ITENS DE ATIVO:	FREQUÊNCIA	% FREQUÊNCIA
Mensurar refere-se ao procedimento capaz de avaliar e atribuir valor monetário ou quantitativo aos elementos contábeis, com base em conceitos relevantes pré-estabelecidos.	41	50,00%
Deve obedecer basicamente a três aspectos essenciais, e que abarcam a compreensão de que seja um recurso controlado por uma entidade, bem como originário de eventos passados e capaz de gerar benefícios futuros, além de está atrelado a aspectos adicionais sobre materialidade, probabilidade de ocorrência e confiabilidade da avaliação.	17	20,73%
O processo de mensuração contábil de um ativo consiste em atribuir um valor monetário a esse recurso econômico. Apesar de dados não monetários serem relevantes para o processo decisório, prevalece na medição do ativo à utilização como unidade de medida de moeda.	18	21,95%
Ao se falar em mensuração lembra-se exatamente o que pretende representar. Mensurar, em contabilidade, é traduzir monetariamente o valor econômico dos objetos e eventos.	6	7,32%
TOTAL	82	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

O resultado da amostra revela que o maior índice da escolha dos entrevistados compreende 50% da amostra, ou seja, (41 concluintes) compreendem o processo de mensuração de ativos em sua essencialidade. Em resumo, além de atribuir valor quantitativo ou monetário a um ativo, mensurar em contabilidade pré estabelece que o mensurador seja conhecedor da natureza, características ou conceitos do elemento em estudo.

Em suma, a presente pesquisa não buscou discutir acerca de um método específico ou mais adequado a ser utilizado no processo de mensuração, quer seja o custo histórico, custo corrente ou ainda outro método, buscando-se identificar se os concluintes são capazes de representarem de maneira satisfatória a capacidade geradora de futuros benefícios econômicos dos ativos para uma entidade, em consonância com os critérios básicos.

Com relação ao processo de evidenciação, o conhecimento dos entrevistados pode ser visto na tabela 10.

Tabela 10 – Conhecimentos sobre o processo de evidenciação de ativos

O QUE VOCÊ OS ENTREVISTADOS SABEM SOBRE O PROCESSO DE EVIDENCIAÇÃO DOS ITENS DE ATIVOS:	TOTAL DAS IFES	
	FREQUÊNCIA	% FREQUÊNCIA
Não deve ser entendida estritamente como uma norma, princípio, postulado ou convenção, haja vista que a evidenciação atende ao objetivo da contabilidade, que consistem em gerar e disponibilizar informações adequadas para os seus usuários.	19	23,17%
A evidenciação contábil deve atender as necessidades de seus mais diversos usuários e de acordo com o perfil de cada um, de modo que a sua produção e disseminação seja diretamente influenciada com bases nas características.	19	23,17%
Evidenciação nos remete a veiculação de informações financeiras de uma empresa representadas por um conjunto de demonstrações contábeis capazes de fornecer informações privilegiadas e influenciar no processo decisório e do risco.	20	24,39%
Instrumento capaz de embasar a decisão financeira através da disseminação das informações de maneira organizada e adequada, de acordo com o perfil, necessidade, relevância e demanda de cada usuário.	24	29,27%
Total	82	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quando questionados acerca dos procedimentos de evidenciação, o estudo mostrou que a maioria dos discentes identificou a alternativa que justifica a evidenciação de maneira satisfatória. Em uma linguagem semelhante, Iudícibus (2009) defende a evidenciação como instrumento capaz de embasar a decisão financeira através da disseminação das informações de maneira organizada e adequada, de acordo com o perfil, necessidade, relevância e demanda de cada usuário.

Nesse sentido, com base no que trata sobre evidenciação no referencial teórico, não deve ser praticada e entendida apenas como uma prestação de serviço, ou seja, evidenciar em contabilidade consiste em produzir informações confiáveis e “sob medidas” com base na demanda particularizada de cada usuário, evitando possível viés, exagero ou carência nas informações geradas, otimizando de maneira eficiente o tempo tanto de quem produz quanto o de quem examina ou se utiliza frente ao processo decisório.

Tratando-se do conhecimento dos discentes sobre a diferença entre ativos correntes e não-correntes, segue a tabela 11.

Tabela 11 - Conhecimentos sobre itens que representam Ativos Correntes e Não Correntes

ANÁLISE SOBRE OS ITENS QUE OS ENTREVISTADOS O ENTENDEM COMO ATIVOS CORRENTES E NÃO-CORRENTES:	TOTAL DAS IFES				
	FREQUÊNCIA			% FREQUÊNCIA	
	Ativos Correntes	Ativos Não Correntes	Total	Ativos Correntes	Ativos Não Correntes
Dinheiro	83	0	82	100,00%	0,00%
Máquinas	1	82	82	1,22%	98,78%
Caixa	81	1	82	98,78%	1,22%
Banco	81	1	82	98,78%	1,22%
Veículos	4	78	82	4,88%	95,12%
Contas a receber	68	14	82	82,93%	17,07%
Prédios	30	52	82	36,59%	63,41%
Numerário de caixa	76	6	82	92,68%	7,32%
Marcas, ações	19	63	82	24,10%	75,90%
Terrenos	1	81	82	1,20%	98,80%
Total		82		100,00%	

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

De modo a analisar o nível de conhecimento dos discentes relacionado ao elemento ativo corrente e não corrente, observou-se que o item dinheiro apresentou maior e menor índice, sendo unânime em relação à sua identificação como ativo corrente de maneira satisfatória.

Analisando os demais itens do grupo proposto, observa-se de modo geral que, os estudantes compreendem de maneira correta os ativos correntes e não correntes, poucos apresentaram significativa variação negativa, como no caso do item "prédios", que atingiu 36,59%. Segundo o que foi evidenciado no referencial teórico trata-se de um ativo não corrente, mesmo assim mais de 50% dos entrevistados compreenderam o elemento em questão.

Com base no alto índice das respostas positivas direcionando a análise para considerações relevantemente positivas, desse modo, no que tange a concepção de ativos corrente e não correntes, pode-se afirmar que os concluintes apresentam conhecimento relativamente satisfatório.

A tabela 12 revela o conhecimento dos entrevistados a respeito da diferenciação entre ativo tangível e intangível.

Tabela 12 – Conhecimentos sobre Ativos Tangíveis e Intangíveis

ANÁLISE SOBRE OS ITENS QUE OS ENTREVISTADOS INTERPRETAM COMO ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS:	TOTAL DAS IFES				
	FREQUÊNCIA			% FREQUÊNCIA	
	Ativos Tangíveis	Ativos Intangíveis	Total	Ativos Tangíveis	Ativos Intangíveis
Goodwill	6	76	82		92,68%
Franquias, marcas e patentes	5	77	82		93,90%
Equipamentos	80	2	82	7,32%	2,44%
Móveis	80	2	82	6,10%	2,44%
Direitos autorais	5	77	82	6,10%	93,90%
Prédios	76	6	82	92,68%	7,32%
Pesquisas e gastos operacionais	45	37	82	54,88%	45,12%
Conhecimentos tecnológicos	2	80	82	2,44%	97,56%
Total		82			100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Discriminado o nível de conhecimento dos concluintes relacionado ao ativo tangível e ativo intangível, constatou-se com base nas características explanadas no referencial teórico dessa pesquisa e nos dados organizados na tabela 12, que os maiores índices, ou seja, as maiores frequências individuais e no geral, compreendem uma correta concepção do elemento interpretado.

Logo, com base no alto índice das respostas positivas, ou seja, nível considerado de aceitação da direcionando a análise para considerações relevantemente positivas, desse modo, no que tange a concepção de ativos corrente e não correntes, pode-se afirmar que os concluintes apresentam conhecimento relativamente satisfatório.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Através da pesquisa realizada, constatou-se que a teoria da contabilidade é sem dúvida um dos mais importantes ramos da contabilidade, ou melhor, considera-se a raiz de todos os acontecimentos e relações entre os inúmeros elementos contábeis, capazes de fornecer subsídios relevantes para a aplicação do conhecimento no processo contábil e decisório, em virtude da indireta mecanização das práticas contábeis frente ao novo contexto da globalização mundial da economia. Paralelo a teoria, figuram os elementos patrimoniais, mais especificamente o "Ativo", concebido como um recurso originário de eventos correntes ou passados, mantidos sob controle de uma entidade, do qual se espera obter futuros fluxos de caixa.

Cabe ressaltar ainda que o Ativo é capaz de respaldar o processo decisório, já que esse encontra-se relacionado às discussões de reconhecimento, mensuração e evidenciação, que venham a atender as determinações legais e as necessidades dos usuários da informação, semelhante aos demais, o processo de evidenciação, reflete a posição financeira e patrimonial de uma entidade, para os inúmeros usuários ligados direto ou indiretamente a contabilidade (investidores, gestores, profissionais ou acadêmicos etc.).

Nesse sentido, presume-se que os usuários da contabilidade possuam conhecimentos adequados com relação a natureza do elemento ativo, afim de embasar a identificação e o seu respectivo reconhecimento, de maneira organizada e adequada com a necessidade, demanda e perfil do seu usuário.

Através do estudo realizado e com base nos dados coletados mediante aplicação do questionário de pesquisa nas respectivas instituições de ensino, constatou-se com relação ao perfil dos entrevistados (social e acadêmico) que mais da metade dos discentes que estão concluindo o curso de Ciências Contábeis nas IFES Paraibanas são do gênero feminino, no que concerne a faixa etária de modo geral esses são em sua grande maioria jovens e possuem entre 22 e 26 anos.

Com relação à situação funcional, o campo de atuação dos concluintes volta-se prioritariamente a colaboração em empresa privada, cabe ressaltar que o fato dos cursos de ciências contábeis funcionarem predominantemente em turno noturno, influencia e de certa forma, predispõem a possibilidade dos estudantes trabalharem e estudar ao mesmo tempo.

Na categoria, distribuição por IFES, 56,09% dos entrevistados fazem parte da UFPB e 43,90% são alunos da UFCG.

No tocante ao ano de ingresso no curso, observou-se que os anos de 2006 e 2007 representam o maior percentual de ingresso, com base nessa realidade e no fato de que o tempo de conclusão do curso nas instituições abordadas neste estudo é em média cinco anos, conclui-se que a maioria concluirá o curso no corrente ano de 2011. Outro fator a ser ressaltado é que os entrevistados escolheram o curso de Ciências Contábeis motivados em sua amplitude pelas oportunidades de emprego oferecidas pelo mercado de trabalho, quer seja em empresa privada ou setor público.

Com relação ao nível de compreensão dos concluintes do curso de ciências contábeis das IFES do estado da Paraíba no que concernem aos conhecimentos gerais sobre o ativo, e aos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação, além da distinção entre ativo corrente, não corrente, tangível e intangível, conclui-se que com relação a concepção do elemento ativo de maneira geral os concluintes possuem apenas um conhecimento superficial uma vez que os definem apenas como bens e direitos, sendo indiferente em sua grande maioria com relação a capacidade de gerar benefícios futuros e ser passível de controle a partir de uma entidade.

No tocante ao processo de identificação, constatou-se que os concluintes possuem uma concepção precária tendendo expressivamente à superficialidade e generalidade. Com relação a concepção no que se refere ao processo de mensuração e evidenciação, e ainda em relação as características naturais e essenciais dos ativos tangíveis, intangíveis, correntes e não corrente, ou seja, os concluintes compreendem de maneira positiva e satisfatória as características relativas aos processos listados.

De maneira geral, apesar de alguns itens apresentarem resultados satisfatórios, no geral a pesquisa conclui que os estudantes possuem apenas conhecimento superficial, genérico e abstrato sobre as características elementares dos ativos e demonstrando uma concepção indiferente com relação a capacidade de benefícios futuros e ser passível de controle a partir de uma entidade, ou seja, não contemplam nem identificam as essencialidades do elemento em estudo. Nesse sentido, os resultados obtidos respaldam a deficiência na real compreensão das características relevantes dos ativos por parte dos concluintes das IFES públicas paraibanas.

Como sugestão para futuras pesquisas, pode se pensar em ampliar a aplicação dos questionários de pesquisa para todas as IES – instituições de ensino superior públicas do curso de ciências contábeis do estado da Paraíba. Uma outra sugestão pode ser a aplicação do questionário para os demais períodos, desde que já se tenha pago a disciplina de teoria da contabilidade.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Alexandre. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ERNEST YOUNG, FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à Pesquisa Científica**. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2003.

GOULART, André Moura Cintra. O conceito de ativos na contabilidade: um fundamento a ser explorado. In: **Revista Contabilidade & Finanças – USP**. São Paulo, n. 28, p. 56-65, jan./abr. 2002.

HENDRIKSEN, Edson S; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTIS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável as demais sociedades/ FIPECAFI**. 7. ed. São Paulo: Atlas 2007.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade uma Nova Abordagem**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio; **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva; CECCONELLO, Antônio Renato; BARBOSA, Claudionor Francisco; CÉLICE, Eduardo de Souza; KOUNROUZAN, Márcia Covaciuc; DI GIORGI, WANNY, Abrantes Bongiovanni. **Métodos e Técnicas de Pesquisas em Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

RIBEIRO FILHO, José Francisco *et. al.*. **Estudando Teoria da Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: um guia para a eficiência dos estudos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SCHMIDT, Luciane Alves; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES Paulo. **Fundamentos de teoria avançada de contabilidade**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2005 (Coleção Resumos de Contabilidade – 7).

APÉNDICE

APÊNDICE A – Instrumento de coleta

DEFINIÇÃO DE ATIVOS SEGUNDO A TEORIA CONTÁBIL: UM ESTUDO SOBRE A CONCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS IES PÚBLICAS DO ESTADO DA PARAÍBA

O objetivo do presente instrumento consiste na tentativa de medir o grau de conhecimento dos formandos do curso de ciências contábeis das IES públicas do estado da Paraíba no segundo semestre de 2011 a cerca do conhecimento das definições de ativos segundo a teoria contábil. O universo dessa pesquisa compreende as seguintes IES: UFCG, UFPB e UEPB. Cabe ressaltar ainda que esse estudo tem exclusiva e unicamente finalidade científica.

1 Perfil dos entrevistados

1.1 Gênero:

- () Masculino
() Feminino

1.2 Faixa etária:

- () De 17 e 21 anos
() De 22 e 26 anos
() De 27 e 31 anos
() Acima de 32 anos

1.3 Situação funcional:

- () Colaborador (a) em empresa privada
() Funcionário (a)/ Servidor (a) público
() Profissional liberal
() Empresário (a)
() Outro: _____

2 Perfil acadêmico

2.1 IFES:

- () UFCG () UFPB

2.2 Ano de ingresso no curso de Ciências Contábeis:

- () Até 2005
() De 2006 a 2007
() De 2008 a 2009
() De 2010 a 2011

2.3 Motivação para a escolha do curso de Ciências Contábeis:

- () Estímulo familiar
() Está atuando na área, como técnico em contabilidade
() Está atuando na área, como auxiliar em escritório de contabilidade
() Realização pessoal
() Empregabilidade (oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho)
() Ingresso no serviço público (concurso)
() Campo de atuação profissional
() Outro: _____

3 Conhecimentos sobre ativos

3.1 O que você entende sobre ativos:

- () Os ativos representam direitos de utilização de riqueza
() São os bens e direitos de uma entidade

- () Podem ser definidos como "prováveis benefícios econômicos futuros, obtidos ou controlados por uma pessoa ou empresa, que resultem de transações ou eventos passados
- () Conjunto de meios ou a matéria posta à disposição do administrador para que esse possa operar de modo a conseguir os fins que a entidade entregue à sua direção tem em vista
- () Qualquer contraprestação, material ou não, possuída por uma empresa específica e que tem valor para aquela empresa
- () São constituídos a partir de transações correntes ou passadas, mantidos à disposição da entidade controladora e capaz de gerarem ou contribuir para o processo de manutenção e perpetuação da riqueza patrimonial, em um prazo que compreende a sua vida útil

3.2 O que você entende sobre o processo de reconhecimento dos itens de ativos:

- () Um ativo é reconhecido na demonstração financeira quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis
- () O reconhecimento de um item do ativo refere-se então, ao processo de incorporar no balanço patrimonial um recurso econômico.
- () Deve obedecer basicamente a três aspectos essenciais, e que abarcam a compreensão de que seja um recurso controlado por uma entidade, bem como originário de eventos passados e capaz de gerar benefícios futuros, além de está atrelado a aspectos adicionais sobre materialidade, probabilidade de ocorrência e confiabilidade da avaliação.

3.3. O que você entende sobre o processo de mensuração dos itens de ativos:

- () Mensurar refere-se ao procedimento capaz de avaliar e atribuir valor monetário ou quantitativo aos elementos contábeis, com base em conceitos relevantes pré-estabelecidos.
- () Deve obedecer basicamente a três aspectos essenciais, e que abarcam a compreensão de que seja um recurso controlado por uma entidade, bem como originário de eventos passados e capaz de gerar benefícios futuros, além de está atrelado a aspectos adicionais sobre materialidade, probabilidade de ocorrência e confiabilidade da avaliação.
- () O processo de mensuração contábil de um ativo consiste em atribuir um valor monetário a esse recurso econômico. Apesar de dados não monetários serem relevantes para o processo decisório, prevalece na medição do ativo à utilização como unidade de medida de moeda.
- () Ao se falar em mensuração lembra-se exatamente o que pretende representar. Mensurar, em contabilidade, é traduzir monetariamente o valor econômico dos objetos e eventos.

3.4 O que você entende sobre o processo de evidenciação dos itens de ativos:

- () Não deve ser entendida estritamente como uma norma, princípio, postulado ou convenção, haja vista que a evidenciação atende ao objetivo da contabilidade, que consistem em gerar e disponibilizar informações adequadas para os seus usuários
- () A evidenciação contábil deve atender as necessidades de seus mais diversos usuários e de acordo com o perfil de cada um, de modo que a sua produção e disseminação seja diretamente influenciada com bases nas características
- () Evidenciação nos remete a veiculação de informações financeiras de uma empresa representadas por um conjunto de demonstrações contábeis capazes de fornecer informações privilegiadas e influenciar no processo decisório e do risco
- () Instrumento capaz de embasar a decisão financeira através da disseminação das informações de maneira organizada e adequada, de acordo com o perfil, necessidade, relevância e demanda de cada usuário.

3.5 Analisando os itens apresentados a seguir, julgue se representam Ativos correntes e Ativos não-correntes:

ITENS	ATIVOS CORRENTES	ATIVOS NÃO-CORRENTES
DINHEIRO		
MÁQUINAS		
CAIXA		
BANCO		
VEÍCULOS		
CONTAS A RECEBER		